

Proposta da Administração

Assembleia Geral Ordinária e
Extraordinária

30 de abril de 2025 às 10:00 horas

Sede da Companhia





10.000 parceiros, clientes e fornecedores, a perspectiva é de que a Bombril retome resultados ainda mais promissores que os vistos no passado.

Não obstante, e conforme detalhado no Formulário de Referência e em informações periódicas e eventuais prestadas ao mercado, a Companhia possui contingências tributárias relevantes, envolvendo o valor total agregado de aproximadamente R\$ 2,3 bilhões. Em reunião realizada em 10 de fevereiro de 2025, a Diretoria da Companhia reavaliou as chances de perda dessas contingências tributárias e considerou que o risco de perda representaria ameaça aos bons resultados contábeis que vêm sendo obtidos pela Bombril, expondo a Companhia a riscos considerados elevados. Nesse contexto, o Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada também em 10 de fevereiro de 2025, autorizou o ajuizamento do pedido de recuperação judicial para (i) conduzir, de forma organizada, um procedimento abrangente de negociação com todos os interessados para adequação de sua estrutura de endividamento, (ii) possibilitar a manutenção da normalidade operacional das atividades da Companhia e de suas controladas, bem como (iii) proteger o caixa da Companhia e de suas controladas, em benefício de todos os seus credores, fornecedores, colaboradores, acionistas e demais *stakeholders*.

Em 10 de fevereiro de 2025, a Companhia, em conjunto com outras sociedades de seu grupo econômico, ajuizou pedido de recuperação judicial autuado sob nº 1000363-92.2025.8.26.0260, perante a 1ª Vara Regional Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da 1ª Região Administrativa Judiciária, o qual foi deferido em decisão de 12 de fevereiro de 2025, e agora segue seu curso normal, com expectativas de que se tenha uma solução rápida e eficiente para o endividamento, visando uma estrutura de capital mais adequada às perspectivas de crescimento antes apontadas.

Visto isso, a administração da Companhia convida a todos para participar da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”), a ser realizada, em primeira convocação, em 30 de abril de 2025, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Via Anchieta, km 14, Rudge Ramos, CEP 09696-000, no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, nos termos do Edital de Convocação a ser publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal do Grande ABC.



Solicitamos aos acionistas que examinem cuidadosamente a presente Proposta da Administração e os documentos relativos à AGOE que estão à disposição no site de Relações com Investidores (ri.bombril.com.br), bem como na sede social da Companhia e no site da CVM (www.gov.br/cvm/pt-br).

Apresentamos a seguir as propostas da administração acerca de cada uma das matérias constantes da ordem do dia da AGOE, conforme descritas no Edital de Convocação e no presente documento. Para facilitar a leitura, organizamos a proposta da administração de acordo com os itens da ordem do dia da AGOE.

Ficamos à disposição, por meio da equipe de Relações com Investidores, para prestar os esclarecimentos que se façam necessários.

Ronaldo Sampaio Ferreira

Presidente do Conselho de Administração



SUMÁRIO

<u>A.</u> PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA	8
<u>B.</u> PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO RELATIVA À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA	11
<i>b.1. Matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária</i>	11
<i>b.2. Matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária</i>	13
<u>C.</u> ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	17



ORIENTAÇÕES E ESCLARECIMENTOS ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Objeto

Em atenção aos melhores interesses da Companhia, e nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), e da Resolução CVM nº 81/22, a Administração da Companhia submete ao exame, discussão e votação, da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”), a ser realizada em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2025, às 10:00 horas, na sede da Companhia, as seguintes matérias constantes da ordem do dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- (i) a tomada das contas dos administradores relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
- (ii) a fixação do número de membros do Conselho Fiscal;
- (iii) a eleição dos membros do Conselho Fiscal e de seus respectivos suplentes;
- (iv) a fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2025; e
- (v) a fixação da remuneração global anual dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2025.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- (i) a ratificação do pedido de recuperação judicial da Companhia e das sociedades do Grupo Bombril, (i) Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A. - Em Recuperação Judicial, sociedade por ações de capital fechado com sede na Via Anchieta, km 14, s/n, parte, na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP 09696-000, inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº 57.174.385/0001-20, e (ii) Bril Cosméticos S.A. - Em Recuperação Judicial, sociedade por ações de capital fechado com sede na Via Anchieta, km 14, s/n, parte, na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP: 09696-000, inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº 12.867.391/0001-25, nos termos do art. 122, parágrafo único da Lei das S.A., perante a



1ª Vara Regional de Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da 1ª Região Administrativa Judiciária da Comarca do Estado de São Paulo, deferido em 12 de fevereiro de 2025; e

- (ii) a autorização para os Diretores da Companhia adotarem todas as providências e praticarem todos os atos necessários com relação à efetivação da recuperação judicial, bem como a ratificação de todos os atos tomados até a presente data.



A. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Nos termos do art. 24, § 3º, do Estatuto Social da Companhia e do art. 126 da Lei das S.A., para participar da AGOE os acionistas deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos: (a.1) quando pessoa natural: cópias autenticadas do documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (a.2) quando pessoa jurídica: cópias autenticadas do instrumento de constituição ou estatuto social ou contrato social, ata de eleição do Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à AGOE ou do(s) representante(s) legal(is) que assinarem a procuração utilizada para terceiros representarem a pessoa jurídica na AGOE; e (a.3) quando fundo de investimento: cópias autenticadas do regulamento do fundo e do estatuto social ou do contrato social do administrador ou do gestor do fundo, conforme estabeleça o correspondente regulamento, bem como ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à AGOE ou do(s) representante(s) legal(is) que assinarem a procuração utilizada para terceiros representarem o fundo de investimentos na AGOE; (b) comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração da Companhia ou pelo depositário central, conforme o caso, com, no máximo, 5 (cinco) dias de antecedência da data da realização da AGOE; e (c) na hipótese de representação do acionista, original ou cópia autenticada de procuração, que deverá ter sido outorgada há menos de 1 (um) ano da data da AGOE, além de indicar o lugar onde foi celebrada, a qualificação do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, sendo que a assinatura do outorgante ou de seu(s) representante(s) legal(is) deverá ser autenticada.

Aos acionistas que têm a intenção de se fazer representar na AGOE por meio de procuradores, solicita-se o envio dos documentos hábeis que comprovem a qualidade de acionista da Companhia e os poderes de representação com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização da AGOE. Os documentos deverão ser encaminhados ao Departamento Jurídico da Companhia, na Via Anchieta, km 14, Rudge Ramos, CEP 09696- 000, no Município de São Bernardo do Campo, Estado



de São Paulo, sob protocolo.

Os acionistas poderão participar da AGOE ainda que não realizem o depósito prévio dos documentos, bastando apresentar tais documentos na abertura da AGOE, conforme o disposto no art. 6º, § 2º, da Resolução CVM nº 81/22.

Os acionistas poderão participar e votar na AGOE:

- (i) presencialmente, por si ou por meio de procuradores devidamente constituídos; ou
- (ii) por meio de sistema eletrônico de participação remota, nos termos do art. 28, II, da Resolução CVM nº 81/22, através da plataforma digital a ser disponibilizada pela Companhia. Os acionistas que desejem participar da AGOE por meio do sistema eletrônico de participação remota devem enviar solicitação à Companhia para o e-mail acionista@bombril.com.br com antecedência mínima de 2 (dois) dias da realização da AGOE, ou seja, até o dia 28 de abril de 2025, a qual deverá ser acompanhada de toda a documentação necessária para participação na AGOE, conforme detalhada na Proposta da Administração. Uma vez recebida a solicitação na forma e prazo indicados, e verificada a completude da documentação fornecida, a Companhia enviará ao acionista que tiver validamente se habilitado para participação da AGOE de maneira remota (ou a seus representantes ou procuradores devidamente indicados e constituídos), via e-mail, os dados e instruções de acesso à plataforma digital para participação na AGOE. O acionista que não enviar a solicitação de cadastramento na forma e/ou no prazo acima referido não poderá participar remotamente da AGOE por meio da plataforma digital disponibilizada pela Companhia, restando-lhe a participação presencialmente. O acionista devidamente cadastrado que participar da AGOE por meio da plataforma digital disponibilizada pela Companhia poderá exercer os seus respectivos direitos de voto e será considerado presente e assinante da ata da AGOE, na forma do art. 47, III, da Resolução CVM nº 81/22. O acionista que tenha solicitado devidamente a sua participação na AGOE por meio da plataforma digital e não tenha recebido da Companhia o e-mail com as instruções para acesso até as 23:59h do dia 29 de abril de 2025 deverá entrar em contato com a Companhia pelos telefones +55 (11) 4366-1221 e +55 (11) 4366-1149. A Companhia esclarece que não será permitido o acesso à AGOE por meio da plataforma digital após o horário previsto para o seu início. Por fim, a Companhia esclarece que não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de



conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na AGOE por meio da plataforma digital.

Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social da Companhia, na página de relações de investidores da Companhia (ri.bombril.com.br), na página da CVM (www.cvm.gov.br) e na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), conforme art. 124 da Lei das S.A. e do art. 7º da Resolução CVM nº 81/22, os documentos e informações relevantes para o exercício do direito de voto na AGOE



B. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO RELATIVA À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

b.1. Matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária

Item (i) a tomada das contas dos administradores relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;

Devido à não conclusão das Demonstrações Financeiras auditadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Administração propõe que os acionistas deliberem pelo adiamento da deliberação prevista no item (i) da ordem do dia até a oportuna divulgação das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal, quando deverá ser convocada assembleia para deliberar sobre as contas dos administradores, sobre as Demonstrações Financeiras auditadas e sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Item (ii) a fixação do número de membros do Conselho Fiscal; e

Item (iii) a eleição dos membros do Conselho Fiscal e de seus respectivos suplentes.

Deliberar sobre o número de assentos no Conselho Fiscal

O atual Conselho Fiscal da Companhia foi eleito na Assembleia Geral Ordinária realizada em 05 de abril de 2024 e na Assembleia Geral Extraordinária de 05 de março de 2024. Desta forma, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 2025, que está prevista para ocorrer às 10:00 horas do dia 30 de abril de 2025, será deliberada eleição dos membros do Conselho Fiscal com unificação dos mandatos.

Considerando que o art. 23 do Estatuto Social da Companhia determina que o Conselho Fiscal seja composto por, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros (e igual número de suplentes), faz-se necessário, previamente à eleição de seus membros, deliberar o número de membros a



compor estes órgãos.

Atualmente, o Conselho Fiscal da Companhia é composto por 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes. A administração da Companhia propõe que o seu Conselho Fiscal permaneça com o mesmo número de membros efetivos, e mantenha os 03 (três) cargos de suplentes, tendo seu total de preenchimento.

Candidatos apoiados pela Administração

A Administração propõe aos acionistas da Companhia a eleição dos seguintes candidatos para compor o Conselho Fiscal:

Nomes	Membro
Erica Rodrigues Prado	Efetivo
Marcelo Adilson Tavarone Torresi	Efetivo
João da Silva Barreto	Efetivo
José Donizetti de Souza	Suplente
Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes	Suplente
Thiago Gatti Barbosa	Suplente

As principais informações sobre os candidatos exigidas pelos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência previsto no Anexo C da Resolução CVM nº 80/22 encontram-se anexas ao presente documento.

Item (iv) a fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2025; e

Item (v) a fixação da remuneração global anual dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2025.

Fixar o montante global da remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia para o exercício social de 2025.

Conforme aprovado por maioria em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março



de 2025, a administração propõe que a remuneração global para os membros do Conselho de Administração da Companhia no exercício social de 2025 seja de R\$ 5.511.650,00 (cinco milhões, quinhentos e onze mil, seiscentos e cinquenta reais).

Fixar o montante global da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2025.

Conforme aprovado por maioria em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2025, a administração propõe que a remuneração global para os membros do Conselho Fiscal da Companhia no exercício social de 2025 seja de R\$ 651.495,00 (seiscentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e noventa e cinco reais).

Fixar o montante global da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2025.

Conforme aprovado por maioria em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 31 de março de 2025, a administração propõe que a remuneração global dos administradores da Companhia (Diretoria) para o exercício social de 2025 seja fixada em até R\$ 9.196.069,00 (nove milhões, cento e noventa e seis mil e sessenta e nove reais) sendo o valor R\$ 5.587.765,00 (cinco milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, setecentos e sessenta e cinco reais) correspondente à remuneração fixa e o valor R\$ 3.608.304,00 (três milhões, seiscentos e oito mil, trezentos e quatro reais), correspondente à participação nos resultados.

b.2. Matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária

Item (i) a ratificação do pedido de recuperação judicial da Companhia e das sociedades do Grupo Bombril, (i) Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A. – Em Recuperação Judicial, sociedade por ações de capital fechado com sede na Via Anchieta, km 14, s/n, parte, na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP 09696-000, inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº 57.174.385/0001-20, e (ii) Bril Cosméticos S.A. - Em Recuperação Judicial, sociedade por ações de capital fechado com sede na Via Anchieta, km 14, s/n, parte, na cidade de São Bernardo do Campo,



Estado de São Paulo, CEP: 09696-000, inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº 12.867.391/0001-25, nos termos do art. 122, parágrafo único da Lei das S.A., perante a 1ª Vara Regional de Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da 1ª Região Administrativa Judiciária da Comarca do Estado de São Paulo, deferido em 12 de fevereiro de 2025; e

Item (ii) a autorização para os Diretores da Companhia adotarem todas as providências e praticarem todos os atos necessários com relação à efetivação da recuperação judicial, bem como a ratificação de todos os atos tomados até a presente data.

Conforme Fato Relevante divulgado em 10 de fevereiro de 2025, a Companhia, em conjunto com outras sociedades de seu grupo econômico ("Grupo Bombril") ajuizou, nessa mesma data, pedido de recuperação judicial autuado sob nº 1000363-92.2025.8.26.0260, perante a 1ª Vara Regional Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da 1ª Região Administrativa Judiciária, na forma do parágrafo único do artigo 122 da Lei das S.A. e nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05 ("LFR") ("Recuperação Judicial").

Conforme detalhado no Formulário de Referência e em informações periódicas e eventuais prestadas ao mercado, a Companhia possui contingências tributárias relevantes, especialmente as relacionadas a autuações da Receita Federal por suposta falta de recolhimento de tributos incidentes em operações de aquisição de títulos de dívida estrangeiros (T-Bills), realizadas no período entre 1998 e 2001 pela Companhia e por veículo do grupo empresarial italiano Cragnotti&Partners, que era controlador da Bombril naquela época. Tais autuações são discutidas em processos judiciais e envolvem o valor total agregado de aproximadamente R\$ 2,3 bilhões ("Processos Judiciais").

Dada a relevância e o elevado valor envolvido, a administração da Companhia monitora constantemente o andamento dos Processos Judiciais. Nesse sentido, em função de decisão desfavorável proferida recentemente nos Processos Judiciais, os Diretores da Companhia reuniram-se em 10 de fevereiro de 2025 para deliberar sobre a situação.

Na reunião, a Diretoria reavaliou as chances de perda no âmbito dos Processos Judiciais e as



alternativas para lidar com essa questão e seus impactos, amparada por pareceres de assessores externos. A Diretoria considerou que o atual risco de perda nos Processos Judiciais representa ameaça aos bons resultados contábeis que vêm sendo obtidos pela Bombril, expondo a Companhia a riscos considerados elevados, relacionados à reavaliação da sua capacidade de adimplência por parte de fornecedores e financiadores e, no limite, à descontinuidade de determinadas relações comerciais e vencimento antecipado de dívidas. Como resultado da reavaliação realizada, a administração deliberou pelo reconhecimento contábil dos valores discutidos nos Processos Judiciais, determinando a adoção das medidas cabíveis.

Nesse contexto, o Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada também em 10 de fevereiro de 2025, autorizou o ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial. Tal medida foi tomada no melhor interesse da Companhia para (i) conduzir, de forma organizada, um procedimento abrangente de negociação com todos os interessados para adequação de sua estrutura de endividamento, (ii) possibilitar a manutenção da normalidade operacional das atividades da Companhia e de suas controladas, bem como (iii) proteger o caixa da Companhia e de suas controladas, em benefício de todos os seus credores, fornecedores, colaboradores, acionistas e demais *stakeholders*.

Com a Recuperação Judicial, a Companhia será capaz de manter a sua capacidade operacional e reestruturar adequadamente seu passivo, por meio de um processo célere e com o menor impacto possível aos direitos dos credores e às atividades operacionais. Tal medida está em linha com os esforços de gestão do passivo da Bombril, que vêm sendo feitos nos últimos anos; e de recuperação da lucratividade de suas atividades, o que garantiu, nos últimos trimestres, a obtenção de resultados contábeis positivos. Ainda, a Companhia envidará todos os esforços para equalizar seu endividamento não sujeito à Recuperação Judicial, incluindo o passivo fiscal.

A Companhia confia que, por meio da Recuperação Judicial, será possível atingir uma estrutura de endividamento saudável, que permitirá um novo ciclo de crescimento e novos investimentos, em benefício da coletividade dos *stakeholders*.

Em 12 de fevereiro de 2025, o MM. Juízo da 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de



Conflitos Relacionados à Arbitragem (“Juízo da Recuperação Judicial”) deferiu o processamento, de forma conjunta, da Recuperação Judicial, nos termos do art. 52 da LFR.

A decisão judicial de deferimento do processamento da Recuperação Judicial, dentre outras providências, determinou:

- (a) a nomeação de Laspro Consultores Ltda. (“Laspro”) para atuar como administrador judicial;
- (b) a suspensão de todas as ações e execuções em face do Grupo Bombril, bem como a proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre seus bens, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à Recuperação Judicial, nos termos do art. 6º e 52, inciso III, da LFR;
- (c) a expedição de edital, nos termos do art. 52, § 1º da LRF, para apresentação de habilitações e/ou divergências de créditos no âmbito do processo de Recuperação Judicial; e
- (d) a apresentação do plano de recuperação judicial da Companhia no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação da decisão judicial de deferimento, nos termos do art. 53 da LFR.

Sendo assim, nos termos da Lei das S.A., a administração da Companhia submete o pedido de recuperação judicial à ratificação de seus acionistas. No julgamento da administração, o ajuizamento da recuperação judicial foi medida tomada em linha com o interesse social, de modo a possibilitar que a Companhia siga envidando esforços para prestar um serviço amplo à população, com compromisso social de levar produtos acessíveis a seus clientes. A administração confia na capacidade operacional e comercial da Companhia para que seja bem-sucedida na proposição e aprovação de um plano de recuperação que permita ganho de valor para a Companhia e seus stakeholders e mantenha o alto nível de experiência de seus consumidores e parceiros.

A petição inicial da Recuperação Judicial e a decisão judicial que deferiu o seu processamento estão anexas a esta proposta (Anexos VIII e IX, respectivamente). Esses documentos, e os demais documentos exigidos pela Lei das S.A. e pelas normas da CVM aplicáveis, estão à disposição dos acionistas na página de relações de investidores da Companhia (ri.bombril.com.br), na página da CVM (www.cvm.gov.br) e na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).



C. ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BOMBRIL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ nº 50.564.053/0001-03
NIRE 35.300.099.711

Companhia Aberta

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2025

- 1. DATA, HORÁRIO E LOCAL:** 31 de março de 2025, às 09:00 horas, na sede social da Bombril S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Via Anchieta, km 14, bairro Rudge Ramos, CEP 09696-000.
- 2. PRESENCAS:** Presentes os Srs. Conselheiros Ronaldo Sampaio Ferreira, Jonatas Giovinazzo Garcia, Hagen Wolf de Albuquerque Schoof e Célvio de Melo Almada Neto. Presentes também os membros da Diretoria da Companhia, Sr. Wagner Brilhante de Albuquerque, Diretor Presidente e de Relacionamento com Investidores da Companhia, e Sr. Marcus Fraga Rodrigues, Diretor Vice-Presidente da Companhia.
- 3. MESA:** Presidente: Ronaldo Sampaio Ferreira, nos termos do artigo 14, item “b”, do Estatuto Social. Secretário: Marcus Fraga Rodrigues, indicado pelo Sr. Presidente para secretariar a reunião.
- 4. CONVOCAÇÃO:** Dispensada, em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, em conformidade com o artigo 15, § 4º, do Estatuto Social da Companhia.
- 5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a submissão à Assembleia Geral de acionistas **(i)** das contas dos administradores relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(ii)** da proposta de fixação do montante anual global da remuneração dos administradores para o ano de 2025; **(iii)** da proposta de remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o ano de 2025; e **(iv)** autorizar a convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) de acionistas da Companhia, para **(iv.a)** deliberar, em Assembleia Geral Ordinária, sobre as matérias relativas aos itens (i) a (iii) acima, e **(iv.b)** para a ratificação, em Assembleia Geral Extraordinária, do pedido de recuperação judicial da Companhia e das sociedades do Grupo Bombril (i) Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A. - Em Recuperação Judicial, sociedade por ações de capital fechado com sede na Via Anchieta, km 14, s/n, parte, na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP 09696-000, inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº 57.174.385/0001-20 e (ii) Bril Cosméticos S.A. - Em Recuperação Judicial, sociedade por ações de capital fechado com sede na Via Anchieta, km 14, s/n, parte, na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP: 09696-000, inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº 12.867.391/0001-25, nos termos da Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de fevereiro de 2025, com consequente autorização para a Diretoria fazer as divulgações, conforme regulamentação aplicável.
- 6. DELIBERAÇÕES:**



-
- 6.1.** Passando ao primeiro item da ordem do dia, os Conselheiros determinaram, por unanimidade, a submissão à Assembleia Geral das contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
- 6.2.** Passando ao segundo item da ordem do dia, após examinarem a matéria, os Conselheiros aprovaram, por maioria, com abstenção do Conselheiro Célio de Melo Almada Neto, a proposta de remuneração para os administradores da Companhia no exercício de 2025, no montante global de até R\$ 14.707.719,00 (quatorze milhões, setecentos e sete mil, setecentos e dezenove reais), e a sua submissão para aprovação pelos acionistas da Companhia na AGOE.
- 6.3.** Na sequência, aprovaram, por maioria, com abstenção do Conselheiro Célio de Melo Almada Neto, a proposta de remuneração global para os membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2025, no montante de até R\$ 651.495,00 (seiscentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e noventa e cinco reais), e sua submissão para aprovação pelos acionistas da Companhia na AGOE.
- 6.4.** Em atenção ao quarto item da ordem do dia, os Conselheiros determinaram, por unanimidade, que a Diretoria da Companhia tome as providências relativas à convocação da AGOE, para a deliberação das matérias relativas aos itens (i) a (iii), em Assembleia Geral Ordinária, e para a ratificação do pedido de recuperação judicial da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária, nos termos da Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de fevereiro de 2025, procedendo com a divulgação dos documentos relativos aos itens anteriores, conforme a regulamentação aplicável.
- 6.5.** Os documentos analisados relativos aos itens da ordem do dia estão arquivados na sede da Companhia.
- 6.6.** O Conselheiro Célio de Melo Almada Neto justifica sua abstenção de voto aos itens 6.2 e 6.3 informando que, em seu entendimento, são deliberações a cargo do controlador.



7. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata, que foi lida aprovada e assinada por todos os presentes. Certifico que a presente confere com o original lavrado em livro próprio.

São Bernardo do Campo, 31 de março de 2025.

Ronaldo Sampaio Ferreira
Presidente

Marcus Fraga Rodrigues
Secretário

Conselheiros de Administração presentes:

Ronaldo Sampaio Ferreira
Presidente

Jonatas Giovinazzo Garcia

Célio de Melo Almada Neto

Hagen Wolf de Albuquerque Schoof

ANEXO I
COMENTÁRIOS SOBRE OS CANDIDATOS A MEMBROS DO
CONSELHO INFORMAÇÕES INDICADAS NOS ITENS 7.3 A 7.6 DO
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA



7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela, nome, data de nascimento, profissão, CPF ou número do passaporte, cargo eletivo ocupado, data de eleição, data da posse, prazo do mandato, outros cargos ou funções exercidos no emissor, indicação se foi eleito pelo controlador ou não, se é membro independente e, caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos. Administradores – Conselho de Administração e Fiscal.

Os atuais membros do Conselho de Administração foram eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 05 de abril de 2024, com mandato de 02 (dois) anos, que vencerá em 05 de abril de 2026, de forma que ocorrerá nova eleição para o Conselho de Administração na Assembleia Geral Ordinária de 2026.

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF	Cargo Candidato(a)	Data de início do primeiro mandato	Data de eleição *	Data da Posse*	Prazo do Mandato **	Outros Cargos ou funções	Indicado pelo controlador	Número de mandatos consecutivos
Ronaldo Sampaio Ferreira	25/11/1946	Industrial	069.111.708-00	Membro (Presidente) do Conselho de Administração	06/11/2006	05/04/2024	05/04/2024	05/04/2026	Não	Sim	11
Hagen Wolf de Albuquerque Schoof	18/10/1983	Engenheiro	325.929.598-40	Membro Independente Conselho de Administração	28/04/2017	05/04/2024	05/04/2024	05/04/2026	Não	Sim	6
Jonatas Giovinnazzo Garcia	16/01/1984	Engenheiro	311.194.818-80	Membro Independente do Conselho de Administração	30/04/2018	05/04/2024	05/04/2024	05/04/2026	Não	Sim	5
Celio de Melo Almada Neto	08/06/1975	Advogado	255.588.078-06	Membro Independente do Conselho de Administração	28/04/2014	05/04/2024	05/04/2024	05/04/2026	Não	Não	7

(*) Data da eleição/posse, caso o candidato venha a ser eleito.

(**) Prazo do mandato, caso o candidato venha a ser eleito.



Conselho de Administração

Nome	Principais experiências profissionais dos últimos 5 anos: Nome da empresa	Setor de atividade da empresa	Cargo	Integra o grupo econômico do emissor ou se é controlada por acionista do emissor que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.
Ronaldo Sampaio Ferreira	Quilombo Empreendimentos S.A.	Empreendimentos Imobiliários	Diretor Geral	Sim
Hagen Wolf de Albuquerque Schoof	Quilombo Empreendimentos S.A.	Empreendimentos Imobiliários	Diretor Geral	Não
Jonatas Giovinazzo Garcia	Finnet S.A. Monteviso Capital Ltda.	Financeira	CFO/ Sócio	Não
Celio de Melo Almada Neto	Melo almada advogados J.L. Aliperti S.A. Americanas S.A. Klabin S.A. Construtora Beter S.A. Terra Santa Agro Gerdau S.A. Metalúrgica Gerdau S.A. JSL Logística S.A. Azevedo amp. Travassos S.A. Vulcabrás S.A.	Diversos	Sócio/Advogado Conselheiro Fiscal de diversas empresas Conselheiro da Administração de diversas empresas	Não

Ronaldo Sampaio Ferreira

Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Mackenzie em 1971. Desde 2006 ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Bombril S.A.. Atuou como Diretor da Quilombo Empreendimentos e Participações Ltda, desde 1986.

Hagen Wolf de Albuquerque Schoof

Graduado em Engenharia Elétrica com Ênfase em Telecomunicações, com MBA- INSEAD em Master of Business Administration (agosto de 2015) e MBA-FGV em Finanças na Função Getúlio Vargas (junho de 2011). É membro do Conselho de Administração da Bombril S.A e Diretor Geral na Quilombo Empreendimentos S/A, desde janeiro de 2008 até a presente data.

Jonatas Giovinazzo Garcia

Graduado em Engenharia Naval pela Escola Politécnica - Universidade de São Paulo, concluído em 2007 e Pós-Graduado pelo Politécnico de Torino - Itália, Master of Science



(MSc) em Engenharia de Produção e Gestão, concluído em 2008. Especialização em Compliance pelo Insper (2018). Membro do Conselho de Administração da Bombril S.A desde 2018. É CFO na Finnet SA desde 2020, empresa de tecnologia financeira com diversas fintechs sob gestão, e sócio da Monteviso Capital desde 2017, consultoria de finanças corporativas. Atuou como CFO na Gelato Diletto em 2016 e 2017, indústria Brasileira no mercado de sorvetes premium e na GO Eyewear como Head of PMI e Controller de 2013 a 2015. Além disso, foi consultor no The Boston Consulting Group (BCG).

Celio de Melo Almada Neto

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas, turma de 1998. Especialista em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Desenvolveu suas atividades profissionais no escritório de advocacia “Jeremias Alves Pereira Filho S/C.”, durante os anos de 1993 a 1998. É sócio da MELO ALMADA ADVOGADOS ASSOCIADOS, ocupando, ainda, assento, atualmente, como membro do Conselho de Administração da Bombril S.A., Presidente do Conselho de Administração de Siderúrgica J.L. Aliperti S.A. e membro suplente do Conselho de Administração da Americanas S.A., e membro do Conselho Fiscal da Klabin S.A., tendo sido membro do Conselho Fiscal da Construtora Beter S.A., membro do Conselho Fiscal da Brasil Ecodiesel (atual Terra Santa Agro), membro do Conselho Fiscal da Gerdau S.A., membro do Conselho Fiscal da Metalúrgica Gerdau S.A., membro do Conselho Fiscal da JSL Logística S.A., membro do Conselho Fiscal da Azevedo amp; Travassos S.A. e membro do Conselho Fiscal da Vulcabrás S.A.

Os atuais membros do Conselho Fiscal da Companhia foram eleitos na Assembleia Geral Ordinária realizada em 05 de abril de 2024. Assim, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2025 será deliberada eleição dos membros do Conselho Fiscal.

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF	Cargo Candidato(a)	Data de início do primeiro mandato	Data de eleição *	Data da Posse*	Prazo do Mandato **	Outros Cargos ou funções	Indicado pelo controlador	Número de mandatos consecutivos
Erica Rodrigues Prado	03/11/1971	Administradora	153.716.638-78	Membro do Conselho Fiscal (Efetivo)	28/04/2016	05/04/2024	05/04/2024	05/04/2025	Não	Sim	8
Marcelo Adilson Tavarone Torresi	08/10/1969	Engenheiro	117.512.988-76	Membro do Conselho Fiscal (Efetivo)	30/04/2015	05/04/2024	05/04/2024	05/04/2025	Não	Não	9
João da Silva Barreto	12/11/1951	Contador	516.301.928-72	Membro do Conselho Fiscal (Efetivo)	30/04/2015	05/04/2024	05/04/2024	05/04/2025	Não	Sim	9
José Donizetti de Souza	11/05/1959	Contador	003.721.388-10	Membro do Conselho Fiscal (Suplente)	28/04/2010	05/04/2024	05/04/2024	05/04/2025	Não	Sim	14

Proposta da Administração
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - 30/04/2025



Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes	23/07/1980	Advogado	293.525.618-21	Membro do Conselho Fiscal (Suplente)	28/04/2017	05/04/2024	05/04/2024	05/04/2025	Não	Não	7
--	------------	----------	----------------	--------------------------------------	------------	------------	------------	------------	-----	-----	---

(*) Data da eleição/posse, caso o candidato venha a ser eleito.

(**) Prazo do mandato, caso o candidato venha a ser eleito.



Conselho Fiscal

Nome	Principais experiências profissionais dos últimos 5 anos: Nome da empresa	Sector de atividade da empresa	Cargo	Integra o grupo econômico do emissor ou se é controlada por acionista do emissor que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.
Erica Rodrigues Prado (membro efetivo)	Quilombo Empreendimentos e Participações S/A	Agronegócio	Diretora Administrativa Financeira	Não
Marcelo Adilson Tavarone Torresi (membro efetivo)	Torresi & Associados	Assessoria Empresarial	Diretor Geral	Não
João da Silva Barreto (membro efetivo)	Quilombo Empreendimentos e Participações S/A	Agronegócio	Gerente de compras	Não
José Donizetti de Souza (membro suplente)	N/A	N/A	Advogado	Não
Carlos Augusto Reis De Athayde Fernandes (membro suplente)	Bonsucex Holding S.A	Holding	Advogado	Não
Thiago Gatti Barbosa (membro suplente)	Brick Investimentos S.A.	Gestora	Engenheiro	Não

Erica Rodrigues Prado

Bacharelado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Paraná, MBA pelo INSPER/SP, é membro do Conselho Fiscal da Bombril S.A. Atua na Brick Capital Ltda., empresa do grupo Quilombo, como Diretora de Governança e Compliance desde 2020. Anteriormente atuou na Quilombo Empreendimentos e Participações S/A como Diretora Administrativo Financeira por 8 anos e como Gerente de Controladoria por 5 anos. Atuou na Ambev S/A entre 1997 e 2007, onde sua última função foi Gerente de Serviços Compartilhados na área Fiscal.

Marcelo Adilson Tavarone Torresi

Formado em Engenharia pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – USP, especialista em Gestão Estratégica, Gestão Estratégica de Finanças, Gestão Estratégica de Recursos Humanos, Gestão Estratégica de Operações e Logística e em Gestão Estratégica de Marketing pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. É Diretor Geral da Torresi & Associados, membro efetivo dos Conselhos de Administração do Banco Pan, da Paranapanema e da Rossi Residencial, e membro efetivo do Conselho Fiscal da Bombril. Foi membro efetivo dos Conselhos de Administração da Vikstar Contact Center, da Socicam e da Azevedo & Travassos, membro efetivo do Conselho Fiscal da Azevedo & Travassos, do Banco Pan e da Paranapanema e membro suplente do Conselho Fiscal da Terra Santa. Exerceu o cargo de Diretor da Pilotage Investimentos, de CEO no Banco Paulista, na SOCOPA e no Banco Pecúnia, e de Diretor da Silex Business Consulting, tendo atuado também como professor assistente da BSP – Business School São Paulo e do LARC – Laboratório de Arquitetura e Redes de



Computadores da Universidade de São Paulo.

João da Silva Barreto

Bacharel em Contabilidade pela Faculdade Luzwell (1988). Foi membro Suplente do Conselho Fiscal da Bombril S.A, foi Assistente de Diretoria na Quilombo Participações Ltda. entre setembro de 1998 a novembro de 2008 e atuou como Gerente de Crédito e Cobrança na Akzo Indústria e Comercio Ltda entre maio de 1972 a janeiro de 2007.

José Donizetti de Souza

Graduado em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Paulista (UNIP 2009), Técnico em Contabilidade pelo Colégio Dimensão. É membro suplente do Conselho Fiscal da Bombril S.A, possui experiência em toda rotina de folha de pagamento, controle de frota de veículos (manutenção, venda e compra), segurança orgânica, implantação e acompanhamento de processos junto à polícia federal e civil, apuração de PIS/COFINS/ISS/IRRF/CSLL, escrituração do livro de apuração do lucro real, análise de balanço, contas a pagar, recebimento, lançamento e controle de notas para provisões junto à contabilidade, análise para retenções de tributos, rotina de departamento fiscal, escriturações em livros de entrada, saída e ICMS. Atua como Consultor Família Sampaio Ferreira (Acionistas da Quilombo) desde março de 2014 até o momento.

Carlos Augusto Reis De Athayde Fernandes

Bacharel em Direito pela Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP. cursou LLM em Direito Societário pelo Insper - Instituto de Ensino e Pesquisa. Realizou os Cursos de Conselho Fiscal na Prática e Secretaria de Governança Corporativa pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Foi estagiário e advogado em escritórios de advocacia de renome. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil, seção de São Paulo. Associado da Associação dos Advogados de São Paulo (AASP). É membro do Conselho de Administração da Azevedo & Travassos S.A. e Terra Santa Agro S.A. É membro do Comitê de Auditoria da Alpargatas S.A. Foi membro efetivo do Conselho Fiscal da Alpargatas S.A., dos Comitês de Inovação e de Auditoria da Terra Santa Agro S.A. É membro do Comitê de Gente e de Governança e Assuntos Jurídicos da Terra Santa Agro S.A. Foi secretário do Conselho de Administração da Mineração Buritirama S.A. Foi membro Suplente do Conselho Fiscal da Companhia Paranapanema S.A. e atualmente é membro suplente do Conselho Fiscal da Bombril S.A. Ocupa o cargo de Advogado da Bonsucex Holding S.A.

Thiago Gatti Barbosa

Graduado em Licenciatura Plena em Matemática pelo Centro Universitário Fundação Santo André. Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Paulista – UNIP. cursou MBA com especialização em Finanças pela FIA Business School – FIA. Ocupa o cargo de Controller na Brick Investimentos S.A.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos cinco anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nenhum dos membros/candidatos do Conselho de Administração da Companhia e Conselho Fiscal da Companhia sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitada para a prática de uma atividade profissional



ou comercial qualquer.

7.4 – Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

A Companhia não possui comitês estatutários, auditoria, financeiro e de remuneração.

7.5 – Informar a existência de relações familiares, conjugal, união estável ou parentesco.

a) administradores da companhia.

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores da Companhia.

b) (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, direta ou indiretas, da Companhia.

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre Administradores da Companhia e administradores de controladas diretas ou indiretas, da Companhia.

c) (i) administradores da companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia.

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores da Companhia e de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia.

d) (i) administradores da companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da companhia.

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

7.6. – Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.



A Diretoria executiva da Companhia também exerce as mesmas funções nas controladas Bril Cosméticos S/A., Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S/A. e BB Logística Ltda. A Companhia não possui relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99 (noventa e nove por cento) do capital social; (b) controlador direto ou indireto do emissor; (c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

ANEXO II
PROPOSTA SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES –
INFORMAÇÕES INDICADAS NOS ITENS 8.1 A 8.19 DO
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA



8.1 Política ou prática de remuneração

Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a) **objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue política, locais em rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:**

A política de remuneração da Companhia para seus administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária, está alinhada com as melhores práticas de governança corporativa e busca manter a competitividade no mercado em que atuamos, visando atrair e reter nossos profissionais.

A remuneração dos administradores e os reajustes previstos, são definidos anualmente em Assembleia Geral de Acionistas, que deliberam sobre a proposta da administração, elaborada com base na remuneração média de mercado mediante pesquisa efetuada pela Diretoria de Desenvolvimento Humano e Organizacional.

A determinação da parcela variável da remuneração da Diretoria Estatutária é estabelecida por avaliação anual realizada pelo Conselho de Administração da Companhia, com base na verificação do efetivo cumprimento dos indicadores pelos diretores, em suas respectivas áreas.

- b) **Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

- (i) **os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam;**

O conselho de administração participa do processo decisório da remuneração da Diretoria, através do acompanhamento anual de aprovação dos valores, assim como no momento da decisão pelo nome do indicado para assumir a posição, definem os valores que serão praticados;

- (ii) **critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos.**

Os critérios de remuneração levam em conta, quando necessário, pesquisa de mercado, fora desta são praticados os reajustes anuais conforme indicadores inflacionários.

- (iii) **com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração da Companhia.**

O conselho avalia anualmente as práticas de remuneração da administração, no momento da aprovação do valor anual para esta finalidade.



c) Composição da remuneração, indicando:

- (i) *descrição dos elementos da remuneração que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles: seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia; sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais; metodologia de cálculo de reajuste.*
- (ii) *razões que justificam a composição da remuneração;*
- (iii) *existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato.*

Conselho de Administração

- a) Remuneração 100% fixa.
- b) Oferecido plano de saúde.

Conselho Fiscal

- a) Remuneração 100% fixa.
- b) Oferecido plano de saúde

Diretoria Estatutária - remuneração composta de:

a) Remuneração Fixa

Alguns membros recebem Pró-labore mensal composto de 13 remunerações mensais fixas ao ano e alguns membros recebem salário base mensal, composto de treze remunerações mensais fixas ao ano, de acordo com o regime jurídico de contratação; os valores pagos são de acordo com a média praticada pelo mercado (empresas do mesmo segmento e porte).

b) Pacote de benefícios

Plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida, auxílio combustível, vale alimentação e veículos para os cargos de Diretor Presidente, Vice- Presidente e Diretor Estatutário.

c) Remuneração variável

Paga anualmente em função de indicadores de resultados globais da Companhia, sendo que esta remuneração variável pode atingir, no máximo, até 14 pró-labore mensais para os membros que recebem pró-labore e até o máximo de 14 salários para os membros que recebem salário.



Proporção dos componentes de remuneração reconhecidos em 31 de dezembro de 2024

	Salário e Pró-Labore	Benefícios	Participação em Comitês	Benefícios pós-emprego	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Remuneração baseadas em ações	Remuneração Variável	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	78,2%	3,76%	0%	0%	0%	0,0%	18,1%	100%

Proporção dos componentes de remuneração reconhecidos em 31 de dezembro de 2023

	Salário e Pró-Labore	Benefícios	Participação em Comitês	Benefícios pós-emprego	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Remuneração baseadas em ações	Remuneração Variável	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	49,6%	2,6%	0%	0%	0%	0,0%	47,8%	100%

Proporção dos componentes de remuneração reconhecidos em 31 de dezembro de 2022

	Salário e Pró-Labore	Benefícios	Participação em Comitês	Benefícios pós-emprego	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Remuneração baseadas em ações	Remuneração Variável	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	65,2%	3,5%	0%	0%	0%	0,0%	31,3%	100%

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladoras diretas ou indiretas da Companhia, de forma que a remuneração de todos os administradores é realizada única e diretamente pela Companhia.



e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia, ou alienação de ativo da Companhia:

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia. Na hipótese da superveniência de desafio para a administração neste sentido, está remuneração será previamente deliberada pelo órgão competente.

8.2 Remuneração total por órgão

Exercício Social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025. Valores anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	4,00	3,00	3,00	10,00
Número de membros remunerados	4,00	3,00	3,00	10,00
Remuneração fixa anual (em R\$)				
Salário ou pró-labore	5.511.650,00	5.218.125,00	651.495,00	11.381.270,00
Benefícios diretos e indiretos	-	369.640,00	-	369.640,00
Remuneração Variável (em R\$)				
Participação nos resultados	-	3.608.304,00	-	3.608.304,00
Total da Remuneração	5.511.650,00	9.196.069,00	651.495,00	15.359.214,00

Exercício Social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024. Valores anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	4,00	4,17	3,00	11,17
Número de membros remunerados	4,00	4,17	3,00	11,17
Remuneração fixa anual (em R\$)				
Salário ou pró-labore	5.471.935,00	6.866.915,00	646.808,00	12.985.658,00
Benefícios diretos e indiretos	-	315.847,00	-	315.847,00
Remuneração Variável (em R\$)				
Participação nos resultados	-	4.364.952,00	-	4.364.952,00
Total da Remuneração	5.471.935,00	11.547.714,00	646.808,00	17.666.457,00

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Valores anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	4,00	2,80	3,00	9,80
Número de membros remunerados	4,00	2,80	3,00	9,80
Remuneração fixa anual (em R\$)				
Salário ou pró-labore	5.164.305,00	4.466.024,00	613.638,00	10.243.967,00
Benefícios diretos e indiretos	-	234.388,00	-	234.388,00
Remuneração Variável (em R\$)				
Participação nos resultados	-	4.296.615,00	-	4.296.615,00



Total da Remuneração	5.164.305,00	8.997.027,00	613.638,00	14.774.970,00
-----------------------------	---------------------	---------------------	-------------------	----------------------

Exercício Social a encerrado em 31 de dezembro de 2022. Valores anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	4,00	4,92	3,00	11,92
Número de membros remunerados	4,00	4,92	3,00	11,92
Remuneração fixa anual (em R\$)				
Salário ou pró-labore	3.015.028,00	6.576.008,00	394.848,00	9.985.884,00
Benefícios diretos e indiretos	-	356.890,00	-	356.890,00
Remuneração Variável (em R\$)				
Participação nos resultados	-	3.160.688,00	-	3.160.688,00
Total da Remuneração	3.015.028,00	10.093.586,00	394.848,00	13.503.462,00

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025. Valores anuais				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	4,00	3,00	3,00	10,00
Número de membros remunerados	4,00	3,00	3,00	10,00
Participação nos resultados (em RS)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	225.519,00	-	225.519,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	4.209.688,00	-	4.209.688,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas.	-	3.608.304,00	-	3.608.304,00

Exercício Social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024. Valores anuais				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	4,00	4,17	3,00	11,17
Número de membros remunerados	4,00	4,17	3,00	11,17
Participação nos resultados (em RS)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.745.980,00	-	1.745.980,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	10.912.380,00	-	10.912.380,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas.	-	4.364.952,00	-	4.364.952,00

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Valores anuais				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	4,00	4,00	3,00	11,00
Número de membros remunerados	4,00	4,00	3,00	11,00
Participação nos resultados (em RS)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.883.145,00	-	1.883.145,00



Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	11.769.660,00	-	11.769.660,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas.	-	4.707.864,00	-	4.707.864,00

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descreva:

Não existe um plano de remuneração baseado em ações.

a. termos e condições gerais:

Não se aplica à Companhia.

b. data de aprovação e órgão responsável

Não se aplica à Companhia.

c. número máximo de ações abrangidas

Não se aplica à Companhia.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

Não se aplica à Companhia.

e. condições de aquisição de ações

Não se aplica à Companhia.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não se aplica à Companhia.

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Não se aplica à Companhia.

h. forma de liquidação

Não se aplica à Companhia.

i. restrições à transferência das ações

Não se aplica à Companhia.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano.

Não se aplica à Companhia.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.

Não se aplica à Companhia.

8.5 Remuneração Baseado em Ações (Opções de compra de ações)

Não existe um plano de remuneração baseado em ações na Companhia.

8.6 Outorga de opções de compra de ações



Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela.

Não aplicável.

8.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela.

Não se aplica à Companhia.

8.8 - Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela.

Não se aplica à Companhia.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela.

Não aplicável.

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela.

Não aplicável.

8.11 Ações Entregues

Não se aplica à Companhia.

8.12 Precificação das ações/opções

Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a) modelo de precificação

Não se aplica à Companhia.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não se aplica à Companhia.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não se aplica à Companhia.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Não se aplica à Companhia.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.



Não se aplica à Companhia.

8.13 Participações detidas por órgão

Informar a quantidade de ações, rotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pela Companhia, seus controladores diretos e indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros de conselho de administração, da diretoria estatutária ou pelo conselho fiscal, agrupados por órgão:

Tratam-se de ações emitidas pela companhia (e não de sociedades controladoras ou controladas).

Acionistas	Ações Ordinárias	ON	Ações Preferenciais	PN
Conselho da Administração	-	-	594.100	22,81%
Total de ações	-	-	594.100	22,81%

8.14 Planos de previdência

Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela: Não há Plano de Previdência opcional em favor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima (Valores anuais)

Diretoria Estatutária	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	2,67	2,80	4,92
Nº de membros remunerados	2,67	2,80	4,92
Valor da maior remuneração individual (Reais)	1.820.920	1.741.190,00	1.591.333,00
Valor da menor remuneração individual (Reais)	250.000	410.807,00	355.333,00
Valor médio da remuneração individual (Reais) (total da remuneração dividido pelo número de membros)	1.461.438,00	1.114.317,00	1.101.173,00

Conselho da Administração	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	4,00	4,00	4,00
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	4,00
Valor da maior remuneração individual (Reais)	3.600.000,00	3.484.377,00	1.972.524,00
Valor da menor remuneração individual (Reais)	288.804,00	279.377,00	180.000,00
Valor médio da remuneração individual (Reais) (total da remuneração dividido pelo número de membros)	1.116.603,00	1.075.897,00	628.131,00

Conselho Fiscal	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	4,00
Valor da maior remuneração individual (Reais)	179.669,00	170.455,00	109.680,00
Valor da menor remuneração individual (Reais)	179.669,00	170.455,00	24.983,00
Valor médio da remuneração individual (Reais) (total da remuneração dividido pelo número de membros)	179.669,00	170.455,00	106.141,00



Observação:

Para os exercícios sociais de 2024, 2023 e 2022 foi utilizada a mesma base de cálculo, conforme segue:

- Para o valor médio, foi considerado remuneração fixa dividido pelo número de membros.
- Para menor remuneração foram excluídos membros dos órgãos que deixaram os cargos.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia:

Não há qualquer remuneração baseada em contratos, apólices de seguro ou outros instrumentos.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Em relação aos 03 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que seja partes relacionadas aos controladores, diretos e indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024	
Conselho de Administração	80,6%
Diretoria Estatutária	0%
Conselho Fiscal	0%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023	
Conselho de Administração	80,6%
Diretoria Estatutária	0%
Conselho Fiscal	0%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023	
Conselho de Administração	80,5%
Diretoria Estatutária	0%
Conselho Fiscal	0%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	
Conselho de Administração	78,5%
Diretoria Estatutária	0%
Conselho Fiscal	0%

8.18 Remuneração - Outras funções

Em relação aos 03 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não houve pagamento de remuneração para membros da administração por qualquer razão que não a função que ocupam.



8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Em relação aos 03 últimos exercícios sociais, à previsão para o exercício corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não houve pagamento de remuneração para membros da administração reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

ANEXO III
EDITAL DE CONVOCAÇÃO



BOMBRIIL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ nº 50.544.053/0001-03
NIRE 35.3.0006971-3

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Fizem os acionistas da Bombriil S.A. – Em Recuperação Judicial, companhia aberta inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.3.0006971-3 e no CNPJ sob o nº 50.544.053.0001-03 (“Companhia”), nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”) e dos arts. 4º e 6º da Resolução CVM nº 81, de 25 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM nº 81”), convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGGE”) a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2025, às 18:00 horas, de forma parcialmente digital, na sede social da Companhia, na Via Anchieta, km 14, Rudge Ramos, CEP 09896-000, no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia:

EM ASSEMBLEIA ORDINÁRIA:

- (i) a tomada das contas dos administradores relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
- (ii) a fixação do número de membros do Conselho Fiscal;
- (iii) a eleição dos membros do Conselho Fiscal e de seus respectivos suplentes;
- (iv) a fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2025; e
- (v) a fixação da remuneração global anual dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2025.

EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

- (i) a ratificação da petição de recuperação judicial da Companhia e das sociedades (a) Brilinsq Empreendimentos Imobiliários S.A. - Em Recuperação Judicial, sociedade por ações de capital fechado com sede na Via Anchieta, km 14, s/n, parte, na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP 09896-000, inscrita perante o CNPJMF sob o nº 57.174.366/0001-20, e (b) Bril Cosméticos S.A. - Em Recuperação Judicial, sociedade por ações de capital fechado com sede na Via Anchieta, km 14, s/n, parte, na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP: 09896-000, inscrita perante o CNPJMF sob o nº 13.881.391/0001-25, controladas pela Companhia, ajuizado em 10 de fevereiro de 2025, nos termos do art. 123, parágrafo único da Lei das S.A., perante a 1ª Vara Regional de Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da 1ª Região Administrativa Judiciária da Comarca do Estado de São Paulo, deferido em 12 de fevereiro de 2025; e



- (II) a autorização para os Diretores da Companhia adotarem todas as providências e praticarem todos os atos necessários com relação à efetivação da recuperação judicial, bem como a ratificação de todos os atos tomados até a presente data.

Informações Gerais:

Nos termos do art. 24, § 9º, do Estatuto Social da Companhia e do art. 135 da Lei das S.A., para participar da AGOE os acionistas deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos: (a.I) quando pessoa física, cópias autenticadas do documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteira de identidade expedida pelos conselhos profissionais ou carteira funcional expedida pelas agências da Administração Pública, desde que constem foto de seu titular); (a.II) quando pessoa jurídica, cópias autenticadas do instrumento de constituição ou estatuto social ou contrato social, ata de eleição de Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição da Diretoria que constem a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à AGOE ou do(s) representante(s) legal(is) que assinaram a procuração utilizada para fazê-lo representarem a pessoa jurídica AGOE; e (a.III) quando fundo de investimentos, cópias autenticadas do regulamento do fundo e de estatuto social ou do contrato social de administrador ou de gestor do fundo, conforme estabeleça o correspondente regulamento, bem como ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à AGOE ou do(s) representante(s) legal(is) que assinaram a procuração utilizada para fazê-lo representarem o fundo de investimentos na AGOE; (b) comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração da Companhia ou pelo depósito central, conforme o caso, com, no máximo, 5 (cinco) dias de antecedência da data de realização da AGOE; e (c) na hipótese de representação de acionista, original ou cópia autenticada de procuração, que deverá ter sido outorgada há menos de 1 (um) ano da data da AGOE, além de indicar o lugar onde foi celebrada, a qualificação do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão das poderes conferidos, sendo que a assinatura do outorgante ou do seu(s) representante(s) legal(is) deverá ser autenticada.

Aos acionistas que tiverem a intenção de se fazer representar na AGOE por meio de procuradores, solicita-se o envio dos documentos que comprovem a qualidade de acionista da Companhia e os poderes de representação com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização da AGOE. Os documentos deverão ser encaminhados ao Departamento Jurídico da Companhia, na Via Anchieta, km 14, Fuzete Barron, CEP 13056-008, no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, sob protocolo.

Os acionistas poderão participar da AGOE ainda que não realizem o depósito prévio dos documentos, bastando apresentar tais documentos na abertura da AGOE, conforme o disposto no art. 9º, § 2º, da Resolução CVM nº 81.

Os acionistas poderão participar e votar na AGOE:

- (I) presencialmente, por si ou por meio de procuradores devidamente constituídos;
- (II) por meio do sistema eletrônico de participação remota, nos termos de artigo 28, inciso II, da Resolução CVM nº 81, através da plataforma digital a ser disponibilizada pela Companhia. Os acionistas que desejam participar da AGOE por meio do sistema eletrônico de participação remota devem enviar solicitação à Companhia para o e-mail ac1@bril.com.br com antecedência mínima de 1 (um) dia da realização da AGOE, ou seja, até o dia 28 de abril de 2025, a qual deverá ser acompanhada de toda a documentação necessária para participação na



AGOE, conforme detalhada na Proposta da Administração. Uma vez recebida a solicitação na forma e prazo indicados, e verificada a completude da documentação fornecida, a Companhia enviará ao acionista que tiver regularmente as habilitações para participação de AGOE de maneira remota (ou a seus representantes ou procuradores devidamente indicados e constituídos), via e-mail, as datas e instruções de acesso à plataforma digital para participação na AGOE. O acionista que não enviar a solicitação de cadastramento no prazo e/ou na forma acima referido não poderá participar remotamente da AGOE por meio da plataforma digital disponibilizada pela Companhia, restando-lhe a participação presencial. O acionista devidamente cadastrado que participar da AGOE por meio da plataforma digital disponibilizada pela Companhia poderá exercer os seus respectivos direitos de voto e será considerado presente e assenteado de ato de AGOE, na forma do art. 76 da Resolução CVM nº 81. O acionista que tenha solicitado devidamente a sua participação na AGOE por meio da plataforma digital e não tenha recebido da Companhia o e-mail com as instruções para acesso até as 23:59h do dia 29 de abril de 2025 deverá entrar em contato com a Companhia pelo telefone + 55 (11) 4168-1041 para suporte. A Companhia esclarece que não será permitida o acesso à AGOE por meio da plataforma digital após o horário previsto para o seu início. Por fim, a Companhia esclarece que não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outro eventual que lhe seja atribuído à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na AGOE por meio da plataforma digital.

Em atenção ao art. 13-A da Resolução CVM nº 81, a Companhia disponibiliza a disponibilização de boletins de voto a distância.

Em atenção ao art. 9º Resolução CVM nº 71, de 22 de março de 2021, e ao art. 5º, I, da Resolução CVM nº 81, a Companhia informa que o percentual mínimo da capital votante para realização da eleição do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento).

Encontram-se à disposição dos acionistas interessados, na rede social da Companhia, na página de relações de investidores da Companhia (brazil.com.br), na página da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>), conforme art. 134 da Lei das S.A. e do art. 7º da Resolução CVM nº 81, os documentos e informações relevantes para o exercício do direito de voto na AGOE.

85º Bazarão do Caxo, 31 de março de 2025.

Rosalita Sampaio Ferreira
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO IV
PETIÇÃO INICIAL DE AJUIZAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL



Bo 1

@MUNHOZ
ADVOCADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA ___ª VARA REGIONAL EMPRESARIAL E DE CONFLITOS RELACIONADOS À ARBITRAGEM DA 1ª REGIÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA

URGENTE
PERICULOSIDADE

(I) **BOYBRIL S.A.**, sociedade por ações de capital aberto com sede na Via Anchieta, km 14, v/c, parte, no cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP 06696-000, inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº 30.528.063/0001-00 (“**Boybril**”); (II) **BRILMAG EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade por ações de capital fechado com sede na Via Anchieta, km 14, v/c, parte, no cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP 06696-000, inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº 37.174.385/0001-28 (“**Brilmag**”); (III) **BRIL COSMÉTICOS S.A.**, sociedade por ações de capital fechado com sede na Via Anchieta, km 14, v/c, parte, no cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP 06696-000, inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº 12.867.181/0001-25 (“**Bril Cosméticos**”); e, em conjunto com as sociedades anteriormente referidas, as “**Empresas**” ou “**Grupo Boybril**” à vista, por seus advogados devidamente constituídos. **Diz, II**, com fundamento nos artigos 47 e seguintes da Lei nº 11.101/2005 (“**LEB**”), formular o presente pedido de **RESCISÃO JUDICIAL COM PERICULOSIDADE**, nos termos de art. 4º, § 1º, da LEB, e art. 300 e ss. do CPC, pelas razões a seguir expostas:

II **ATIVIDADES DAS REQUERENTES**

L.1 – As Requerentes são parte do Grupo Boybril, que atua no setor de fabricação de produtos de limpeza doméstica – em especial, li de uso, detergentes líquidos, sabonões, desinfetantes, limpadores, lava-vidros e similares.

¹ Para fins de melhor compreensão, incluem-se também as demais empresas do Grupo Boybril que não atuam com pedido. De modo breve, trata-se, ainda, a Associação “Grupo Boybril” representada apenas as sociedades que integram o grupo com o pedido, mesmo quando representadas individualmente. **Boa noite.**

Este documento é uma reprodução fiel do original. Qualquer alteração ou modificação no texto original não será refletida neste documento. Para mais informações, consulte o site www.boybril.com.br ou entre em contato com o Departamento Jurídico da Boybril S.A. sob o telefone (11) 4000-1000.



2. O Grupo Bombril consolidou-se como uma referência nacional, sendo um dos maiores produtores de cerveja e bebidas presentes nos casos de caso de WPA dos Estados Unidos¹.

3. A trajetória do Grupo Bombril é fruto de um projeto empresarial iniciado com a fundação da sociedade Almirante Bombril Ltda., em 1948, pelo empresário Roberto Sampaio Ferreira que, inspirando-se na fabricação de Ma de aço em escala produtiva somente nos Estados Unidos, decidiu apostar de forma pioneira no mercado interno de produtos de limpeza.

4. Na ocasião, a Bombril identificou o surgimento de forte demanda por produtos para utilização no âmbito doméstico, voltados para o mercado consumidor que se formava nos centros urbanos do país.

5. Nesse contexto, a comercialização dos produtos com preços acessíveis e o investimento em marketing foram as principais estratégias empresariais adotadas, garantindo a reação positiva do mercado consumidor e a venda de 40 mil unidades de litro de água para Bombril já em seu primeiro ano de existência².

6. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, as Requerentes promoveram sua estratégia comercial com base, em alguns pilares, dentre os quais: (i) o expansão de suas plantas industriais; (ii) a diversificação de sua portifólio de produtos e (iii) o aprimoramento de sua estrutura societária.

7. Com relação à expansão das plantas, as Requerentes garantiram presença em três pontos estratégicos do território nacional. Em 1976, o Grupo Bombril transferiu sua linha de produção, até então instalada no bairro do Bosque, em São Paulo, para a fábrica em São Bernardo do Campo, unidade fabril que, até hoje, continua sendo considerada a grande casa da Bombril. Em 1984, as Requerentes inauguraram uma planta industrial no Nordeste, mais especificamente na cidade de Alagoa e Lima (PE), responsável por 17% da produção total. Mais tarde, o Grupo Bombril instalou um complexo industrial em São Laguna (SC), um terreno com área total de mais de 180.000 metros quadrados³.

8. Quanto à segunda estratégia, o Grupo Bombril aprimorou seu plano de negócios e investiu no lançamento de novos produtos, que se somaram ao portfólio litro de água. Os produtos se tornaram rapidamente conhecidos pelo mercado consumidor brasileiro, incluindo: (i) as esponjas de aço e sintéticas, criadas para limpeza de vidros, panelas,

¹ Disponível em: <https://www.foia.gov/foia/foia-requests/foia-requests-to-bombril-2019-2020-2021-2022-2023-2024-2025-2026-2027-2028-2029-2030-2031-2032-2033-2034-2035-2036-2037-2038-2039-2040-2041-2042-2043-2044-2045-2046-2047-2048-2049-2050-2051-2052-2053-2054-2055-2056-2057-2058-2059-2060-2061-2062-2063-2064-2065-2066-2067-2068-2069-2070-2071-2072-2073-2074-2075-2076-2077-2078-2079-2080-2081-2082-2083-2084-2085-2086-2087-2088-2089-2090-2091-2092-2093-2094-2095-2096-2097-2098-2099-2100-2101-2102-2103-2104-2105-2106-2107-2108-2109-2110-2111-2112-2113-2114-2115-2116-2117-2118-2119-2120-2121-2122-2123-2124-2125-2126-2127-2128-2129-2130-2131-2132-2133-2134-2135-2136-2137-2138-2139-2140-2141-2142-2143-2144-2145-2146-2147-2148-2149-2150-2151-2152-2153-2154-2155-2156-2157-2158-2159-2160-2161-2162-2163-2164-2165-2166-2167-2168-2169-2170-2171-2172-2173-2174-2175-2176-2177-2178-2179-2180-2181-2182-2183-2184-2185-2186-2187-2188-2189-2190-2191-2192-2193-2194-2195-2196-2197-2198-2199-2200-2201-2202-2203-2204-2205-2206-2207-2208-2209-2210-2211-2212-2213-2214-2215-2216-2217-2218-2219-2220-2221-2222-2223-2224-2225-2226-2227-2228-2229-2230-2231-2232-2233-2234-2235-2236-2237-2238-2239-2240-2241-2242-2243-2244-2245-2246-2247-2248-2249-2250-2251-2252-2253-2254-2255-2256-2257-2258-2259-2260-2261-2262-2263-2264-2265-2266-2267-2268-2269-2270-2271-2272-2273-2274-2275-2276-2277-2278-2279-2280-2281-2282-2283-2284-2285-2286-2287-2288-2289-2290-2291-2292-2293-2294-2295-2296-2297-2298-2299-2300-2301-2302-2303-2304-2305-2306-2307-2308-2309-2310-2311-2312-2313-2314-2315-2316-2317-2318-2319-2320-2321-2322-2323-2324-2325-2326-2327-2328-2329-2330-2331-2332-2333-2334-2335-2336-2337-2338-2339-2340-2341-2342-2343-2344-2345-2346-2347-2348-2349-2350-2351-2352-2353-2354-2355-2356-2357-2358-2359-2360-2361-2362-2363-2364-2365-2366-2367-2368-2369-2370-2371-2372-2373-2374-2375-2376-2377-2378-2379-2380-2381-2382-2383-2384-2385-2386-2387-2388-2389-2390-2391-2392-2393-2394-2395-2396-2397-2398-2399-2400-2401-2402-2403-2404-2405-2406-2407-2408-2409-2410-2411-2412-2413-2414-2415-2416-2417-2418-2419-2420-2421-2422-2423-2424-2425-2426-2427-2428-2429-2430-2431-2432-2433-2434-2435-2436-2437-2438-2439-2440-2441-2442-2443-2444-2445-2446-2447-2448-2449-2450-2451-2452-2453-2454-2455-2456-2457-2458-2459-2460-2461-2462-2463-2464-2465-2466-2467-2468-2469-2470-2471-2472-2473-2474-2475-2476-2477-2478-2479-2480-2481-2482-2483-2484-2485-2486-2487-2488-2489-2490-2491-2492-2493-2494-2495-2496-2497-2498-2499-2500-2501-2502-2503-2504-2505-2506-2507-2508-2509-2510-2511-2512-2513-2514-2515-2516-2517-2518-2519-2520-2521-2522-2523-2524-2525-2526-2527-2528-2529-2530-2531-2532-2533-2534-2535-2536-2537-2538-2539-2540-2541-2542-2543-2544-2545-2546-2547-2548-2549-2550-2551-2552-2553-2554-2555-2556-2557-2558-2559-2560-2561-2562-2563-2564-2565-2566-2567-2568-2569-2570-2571-2572-2573-2574-2575-2576-2577-2578-2579-2580-2581-2582-2583-2584-2585-2586-2587-2588-2589-2590-2591-2592-2593-2594-2595-2596-2597-2598-2599-2600-2601-2602-2603-2604-2605-2606-2607-2608-2609-2610-2611-2612-2613-2614-2615-2616-2617-2618-2619-2620-2621-2622-2623-2624-2625-2626-2627-2628-2629-2630-2631-2632-2633-2634-2635-2636-2637-2638-2639-2640-2641-2642-2643-2644-2645-2646-2647-2648-2649-2650-2651-2652-2653-2654-2655-2656-2657-2658-2659-2660-2661-2662-2663-2664-2665-2666-2667-2668-2669-2670-2671-2672-2673-2674-2675-2676-2677-2678-2679-2680-2681-2682-2683-2684-2685-2686-2687-2688-2689-2690-2691-2692-2693-2694-2695-2696-2697-2698-2699-2700-2701-2702-2703-2704-2705-2706-2707-2708-2709-2710-2711-2712-2713-2714-2715-2716-2717-2718-2719-2720-2721-2722-2723-2724-2725-2726-2727-2728-2729-2730-2731-2732-2733-2734-2735-2736-2737-2738-2739-2740-2741-2742-2743-2744-2745-2746-2747-2748-2749-2750-2751-2752-2753-2754-2755-2756-2757-2758-2759-2760-2761-2762-2763-2764-2765-2766-2767-2768-2769-2770-2771-2772-2773-2774-2775-2776-2777-2778-2779-2780-2781-2782-2783-2784-2785-2786-2787-2788-2789-2790-2791-2792-2793-2794-2795-2796-2797-2798-2799-2800-2801-2802-2803-2804-2805-2806-2807-2808-2809-2810-2811-2812-2813-2814-2815-2816-2817-2818-2819-2820-2821-2822-2823-2824-2825-2826-2827-2828-2829-2830-2831-2832-2833-2834-2835-2836-2837-2838-2839-2840-2841-2842-2843-2844-2845-2846-2847-2848-2849-2850-2851-2852-2853-2854-2855-2856-2857-2858-2859-2860-2861-2862-2863-2864-2865-2866-2867-2868-2869-2870-2871-2872-2873-2874-2875-2876-2877-2878-2879-2880-2881-2882-2883-2884-2885-2886-2887-2888-2889-2890-2891-2892-2893-2894-2895-2896-2897-2898-2899-2900-2901-2902-2903-2904-2905-2906-2907-2908-2909-2910-2911-2912-2913-2914-2915-2916-2917-2918-2919-2920-2921-2922-2923-2924-2925-2926-2927-2928-2929-2930-2931-2932-2933-2934-2935-2936-2937-2938-2939-2940-2941-2942-2943-2944-2945-2946-2947-2948-2949-2950-2951-2952-2953-2954-2955-2956-2957-2958-2959-2960-2961-2962-2963-2964-2965-2966-2967-2968-2969-2970-2971-2972-2973-2974-2975-2976-2977-2978-2979-2980-2981-2982-2983-2984-2985-2986-2987-2988-2989-2990-2991-2992-2993-2994-2995-2996-2997-2998-2999-3000>

² Disponível em:



superfícies diversas: (B) lava-louças e limpadores; (B) desinfetantes e sabonões; (B) esponjas; e (F) utensílios, brinquedos e lava-roupas, todos desenvolvidos para garantir a higiene e bem-estar para os consumidores brasileiros.

9. Para assegurar o sucesso e ampliar o alcance de seus produtos, o Grupo Borel investiu fortemente em marketing. O maior símbolo de sucesso das Respostas em estabelecer tanta comunicação constante e efetiva com um público tão seletivo comercialmente sobrevivem, divulgadas desde 1979, em que o ator Carlos Monella abraça o papel de *Garoto Borel*. Para se ter ideia da dimensão dessa estratégia de comunicação, ao longo dos anos, foram produzidos cerca de 400 comerciais diferentes protagonizados por Carlos Monella – assim reconhecido pelo *Garoto Borel Record* como o comercial com maior tempo de permanência no ar¹.

10. Ainda, como parte de sua trajetória de expansão, o Grupo Borel promoveu a otimização e profissionalização de sua estrutura societária. Os primeiros passos nesse sentido foram a criação, em 1984, do holding Borel e a abertura de capital, permitindo o acesso ao mercado investidor para o financiamento das atividades das Respostas².

11. A despeito de sua história, o projeto empresarial de sucesso que ainda sendo implementado foi interrompido durante a década de 1990 e início da década de 2000. Com o falecimento do fundador, Sr. Roberto Ferraz, suas três filhas herdaram o negócio e estabeleceram o tom de suas participações. Nesse período, o Grupo Borel passou a ser controlado pela Cragotti & Partners Capital Investments Brasil S.A., controlado pelo empresário Sérgio Cragotti, que não possui qualquer relação com o fundador ou com os anteriores acionistas e administradores das Respostas.

12. No período de nove controlados do Grupo Borel, considerando as bases políticas empresariais que estavam sendo implementadas desde a fundação, a Cragotti & Partners e os novos administradores iniciaram um processo ativo de sua gestão, incluindo transações financeiras no exterior, como a aquisição de títulos de dívida norte-americana ("Libra" e "Libra2") e argentinos ("Argentinian Global Bonds") transferidos a título de garantia para a Borel. Tais operações resultaram em reclamações bilionárias da Receita Federal, que, mesmo após décadas iniciais que despesas administrativas e judiciais, continuam a impactar economicamente o patrimônio de capital do Grupo Borel.

13. Em 2003, considerando que a Cragotti & Partners não realizou os pagamentos a que se obriga para aquisição das ações em título detidas pelo Sr. Rosário Ferraz:

¹ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=U31111111111>, acesso em 08/02/2023.

² Disponível em <https://www.borel.com.br/investidores>, acesso em 08/02/2023.

EMUNHOZ

Fornecer – em dois três hectares do fazendeiro do Grupo Bombril –, foi aquela exceção permitida a MP Vista Cascal de São Paulo, para atender dois anéis. Nesse contexto, foi ocorrida intervenção judicial, pois que os administradores da Bombril indicados pela Comissão de Pastores Assumiram a responsabilidade, atuando-se para judicializar o cumprimento do processo. O pedido foi mantido, no entanto, não pôde julgar de exceção.

14. Apenas em 2008, após um longo período de gestão judicial do Grupo Bombril, a 4ª Câmara de Direito Privado do STJ Tribunal de Justiça de São Paulo (“TJSP”) determinou a fim de regime excepcional. Foi quando Sr. Renato Sampaio Ferraz, filho do fundador do Grupo Bombril, recuperou o controle das Requerentes.¹⁷

15. Nos anos que se seguiram, a nova administração retomou o projeto empresarial que originalmente permitiu a criação e o crescimento do Grupo Bombril. Os negócios voltaram a ser conduzidos com muita observância às melhores práticas de governança, cumprindo-se com todas as obrigações perante o Fisco, as colaboradoras e as comunidades em que atua.

16. A partir das ações de saneamento e reconstrução, o Grupo Bombril recuperou parte de sua integridade, mantendo com uma ampla e ativa atividade corporativa.

17. Nesse sentido, atualmente, as sociedades integrantes do Grupo Bombril apresentam uma cadeia de produção integrada que abrange a todos os regimes do Brasil, incluindo: (i) as três plantas industriais, localizadas em São Bernardo do Campo (SP), Afonso e Lima (PE) e São Lázaro (MO) – onde são fabricados e produzidos todos os produtos líquidos, sólidos e de pó –; (ii) depósitos regionais; (iii) cadeia própria de vendas; e (iv) complexos para distribuição e atendimento.¹⁸

18. A operação das atividades das Requerentes também envolve demanda abrangente de recursos, matéria-prima e mão-de-obra. Atualmente o Grupo Bombril conta com quase 3.000 colaboradores diretos e indiretos¹⁹, envolvidos na produção e comercialização de produtos seguros, acessíveis e eficientes, que garantem higiene e bem-estar para a população nacional.

19. Ainda, para organização dos negócios, as Requerentes se constituíram como um grupo empresarial plurisocietário, que conta com diversas sociedades, todas coordenadas e dirigidas a partir de políticas financeiras e operacionais únicas, nascidas pela fusão por

¹⁷TJSP, 4047 003 007 000 000, Rel. Des. Carlos Tinoco Lima Filho, 4ª Câmara de Direito Privado, julgado em 08/06/2008.

¹⁸Disponível em www.grupobombril.com.br, acesso em 04/07/2017.

¹⁹Disponível em www.grupobombril.com.br, acesso em 04/07/2017.

EMUNHOZ

GRUPO BOMBEI

alta qualidade de produção, elevada performance operacional, segurança laboral e responsabilidade ambiental¹⁷.

28. Adicionalmente, o Grupo Bombeil tem a seguinte estrutura societária¹⁸:



29. Cada uma das sociedades descritas tem papel importante para a produção dos negócios do Grupo Bombeil, conforme exposto a seguir:

- (A) a Bombeil concentra a maior parte das atividades operacionais do Grupo Bombeil, além de deter as participações societárias diretas e indiretas nas demais sociedades;
- (B) a Boming e a Bom Cosméticos desenvolvem outras fontes de negócios, além de responderem como detentoras colaterais ou garantidoras subsidiárias, assim disponibilizando alguns de seus ativos para garantir obrigações financeiras contraídas pela Bombeil no curso de suas atividades, estando expostas a ações por parte de credores da Bombeil – inclusive pelo qual integram este pedido de recuperação judicial;
- (C) a Bom Logística oferece serviços de transporte rodoviário de carga, expostos a Bom Store após a loja-mãe, localizada em São Bernardo do Campo, que oferece os 217 itens do portfólio do Grupo Bombeil¹⁹, oferecendo um espaço flexível para os comércios – entre as sociedades, por sua vez

¹⁷ Foi reconhecido, em virtude de atuação do Grupo Bombeil, este exposto no [Relatório Anual Bombeil de Qualidade, Segurança, Saúde e Meio Ambiente](#), Anexo em 1 de 2023.

¹⁸ Disponível em: [Estrutura do Relatório Bombeil - 2024](#), Anexo em 1 de 2023.

¹⁹ Disponível em: [O Bombeil - 114](#), Anexo em 1 de 2023.

EMUNHOZ

CONSTITUÍDA EM 1996

vinculada aos respectivos patrimônios a qualquer obrigação financeira da Bembel, não integra este pedido de recuperação judicial.

22. Como resultado, os Requerentes são capazes de influenciar positivamente a situação qualitativa das commodities exportadas por todo o território nacional, estando presentes em mais de 90% dos principais mercados (granados, beneficiados, legas de intervenção em 1, além de atingir consumidores de 16 países nas Américas, África, Ásia e Oceania²².

23. Não bastasse a expertise para fabricação e comercialização de seus produtos, o Grupo Bembel tem a certeza de desenvolver uma situação de aspecto positivo para a sociedade brasileira.²³

24. Desta modo, o Grupo Bembel tem se mantido, ao longo do tempo, um dedicado projeto empresarial de seu fundador, mantido ao longo de sua história. Com destaque, está em curso uma estratégia de crescimento dos Requerentes, garantindo resultados consistentes positivos nos últimos anos, que evidenciam a plena viabilidade das operações desenvolvidas.²⁴

25. Contudo, ainda em razão das decisões e procedimentos questionáveis adotados pela administração da Ciaagnotti & Partners, a geração de caixa é insuficiente de maneira suficiente para a Bembel, a ponto da Auditoria Externa, em seu parecer referente ao exercício de 2013, destacar uma falta de Continuidade Operacional, nos seguintes termos:

“Chamamos a atenção para a Nota 1 da demonstração financeira, individual e consolidada, que descreve que a Companhia apresenta prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2013 de R\$ 1.008.084 mil, exceto do passivo sobre ativos circulantes no movimento de exercício no montante de R\$ 66.733 mil na controladora e R\$ 78.562 mil no consolidada, e passivo a descoberto no valor de R\$ 22.508 mil. Parte substancial desse passivo a descoberto se refere a empréstimos e financiamentos, os quais possuem as suas parcelas de pagamento reservadas para permitir um adiantamento entre os fluxos de pagamentos de principal e juros com a disponibilidade e a geração de caixa da Companhia. Essa situação, entre outras descritas na Nota 1, indicam a existência de incertezas materiais que podem levantar dúvida significativa sobre a sua continuidade operacional. Nossa opinião não está condicionada em relação a esse assunto.”

²² Departamento IFR (http://ifr.com.br) Acesso em 08/02/2014

²³ Nesse sentido, o Requerente mantém relacionamento positivo com o grupo de crédito privado internacional e instituições bancárias, conforme demonstrado IFR (http://ifr.com.br) Acesso em 08/02/2014

²⁴ Departamento IFR (http://ifr.com.br) Acesso em 08/02/2014

@MUNHOZ

ANÁLISES

26. Assim, conforme já detalhado acima, a despeito da ausência de estratégia de crescimento e dos resultados negativos, que vêm sendo alcançados, as Esqueletas continuam evoluindo, até a atualidade, de um conceito de mercado das operações praticadas pela gestão indicada pela Cragston & Partners. As contingências decorrentes de tais atos, inclusive as de natureza tributária, geram impacto financeiro e operacional direto e contínuo ao Grupo Bondêl, tornando inadequada sua estrutura de capital e limitando as possibilidades de crescimento e expansão – tanto é assim que, já em atos anteriores, cogitou-se até mesmo a possibilidade de a Bondêl requerer sua recuperação judicial.

27. Em particular, a mudança recente do prognóstico relativo a essas duas contingências – que dificulta ainda mais o acesso à liquidez e crédito por parte do Grupo Bondêl – tem como seus impactos para as relações comerciais mantidas com fornecedores, beneficiários, clientes e demais stakeholders, inclusive credores e quitadores da presente recuperação judicial. À parte isso e da utilização de outros instrumentos para recuperação de passivos tributários, conforme exposto pelo art. 52 da LFR, o Grupo Bondêl está capaz de atingir uma estrutura de capitalização saudável, que permitirá um novo ciclo virtuoso de investimentos.

28. O Grupo Bondêl tem confiança, ainda, de que esta recuperação judicial poderá ser concluída com o mínimo ônus possível aos seus credores sujeitos. De outro lado, é certo que a continuidade de produção de benefícios será diretamente da nova fase de expansão dos negócios que se seguirá com a conclusão desta etapa de reestruturação.

III.

RAZÕES DA CRISE ENFRENTADA PELO GRUPO BONDÊL

29. Conforme mencionado acima, apesar de o Grupo Bondêl ter alcançado resultados positivos nos últimos exercícios, as Esqueletas vier, há anos, lidando com uma estrutura de capital inadequada e uma superavaliação excessiva baseada nos efeitos dos reflexos das operações praticadas pela Cragston & Partners.

30. Nesse sentido, as Esqueletas discutem, nas esferas administrativa e judicial, a ineficácia das contingências, sobretudo as aquelas relacionadas às operações de T-Bills, T-Bonds e Argentine Global Bonds – em razão das que envolveram soma de R\$ 2,4 bilhões. Mesmo com a efetiva cobrança desses valores até o momento, o Grupo Bondêl já está exposto a sérias e preocupantes consequências, por ter se tornado insolvente.

EMUNHOZ

31. **Prudentes**, no âmbito dos processos judiciais e administrativos referentes aos T-Bills, T-Bonds e Argentine Global Bonds, foram preferidas despesas de perfis que atingem níveis, incluindo os países livres de São Bernardo do Campo (SP), São Laguna (RS) e Alegria e Lina (PE) e seu respectivos municípios. Tais perfis foram comprometidos tanto a possibilidade de colcheteamento de ativos em garantia – por ausência de bens livres e desonerados – quanto a segurança para investidores na manutenção e realimentação de tais bens, essenciais ao nível de vida dos dependentes;

32. **Segunda**, as contingências existentes já exigem expressivo esforço de caixa das Requeridas. Nesse sentido, foram elaborados pedidos judiciais processuais que previzam a prestação mensal de financiamento de mais de 0,5% (quilo por cento) sobre a receita operacional líquida, mediante depósito judicial nos autos até a decisão final transitada em julgado¹², vedando os recursos disponíveis para manutenção das atividades em andamento e redução de investimentos para expansão e investimentos;

33. **Tercera**, em função da desequilíbrio econômico-financeiro inerente ao período de controle judicial – agravado pela multiplicação de contingências –, as informações financeiras consolidadas do Grupo Bonobó apresentam resultados que indicam severos riscos sobre a continuidade operacional. Exemplificativamente, nas demonstrações financeiras do exercício final em dezembro de 2023 (line. 4), indicam-se a “incapacidade de converter o ativo líquido que pode resultar de uma significativa redução na capacidade operacional”, incluindo passivos de curto prazo que “podem não ser mais pagos de pagamento rotineiros para prováveis compromissos e custos de longo prazo decorrentes do período” e passivos com a disponibilidade e a geração de caixa do “Grupo”;

34. Considerando a combinação desses fatores – i.e., grande liquidez de ativos desonerados que cessam ser ativos em garantia e captação de capital de giro, sacrificada de caixa e recursos quanto à continuidade operacional do Grupo Bonobó –, o **grupo das Requeridas em função de riscos de liquidez, solvência e concessão** não tem condições para obtenção de crédito de prazos longos, em condições naturalmente favoráveis. Isso ocorre devido, no instrumento de dívida emitido no mercado, prevalecer a proteção, invariavelmente, **(i)** das taxas de juros, **(ii)** cronogramas curtos de pagamento, e **(iii)** arranjos altamente protetivos da posição creditora, que permitem a aceleração da cobrança em hipóteses típicas.

¹² Nos 4 de janeiro de 2024 foi editado no âmbito do processo judicial nº 0002240-08.2021-1/004074, pedido judicial processual com a Fazenda e a Procuradoria-Livre da Fazenda Nacional (“PFNF”) solicitando a prestação mensal de financiamento de 0,5% (quilo por cento) sobre a receita operacional líquida do Bonobó, mediante depósito judicial nos autos até a decisão final transitada em julgado sobre os valores necessários para a manutenção e realimentação de bens essenciais aos dependentes do Grupo Bonobó.

@MUNHOZ

35. Nesse sentido, a criação do realinhamento das Esposas passa a ser composta sobretudo por operações de fomento de curto prazo, utilizadas para pagamento e adiantamento a fornecedores para compra de matéria-prima. Tais operações especulativas, em média, foram de curto duração (em torno de 24% em 2017¹⁷) e parte significativa de dívida possui prazo de vencimento curto, inferior a 12 meses (cerca de 77% em 2017¹⁸) – apesar do, inicialmente, o Grupo Borel ter iniciado uma transição para linhas de crédito com condições um pouco mais favoráveis, o que reforça a sua vulnerabilidade econômica/financeira (como descrito acima).

36. Nesse sentido, não obstante a forte dívida apresentada em 2015, no caso de R\$ 108 milhões, as Demonstrações Financeiras da Borel indicam que somente 64 grande caixa em valor de R\$ 1,8 milhão. Em outras palavras, cerca de 27% do Livre Contábil restou como adição de caixa disponível para reinvestimento nas operações da Borel, demonstrando a incapacidade de pagamento de dívidas contingenciadas no curto prazo.

37. A desconexão das Esposas em todos os aspectos citados significa fortemente a posição de desequilíbrio e falência que a Borel sempre manteve no seguimento de produtos domésticos, tendo chegado a perder market share em linhas como desodorante masculina. Il de aço, espelho e acessórios, o que seguramente deriva a sua contabilidade.

38. Mesmo nesse cenário, as administrações que sucederam o retorno do Sr. Scatella Santiago Ferreira utilizaram grandes esforços para promover a reestruturação financeira e operacional das Esposas, incluindo medidas que consistiram a **quarta de aumento (aumento e redução de um milhão de reais) e a quarta de aumento administrativo**, descritas em maiores detalhes no item III acima.

39. Como resultado direto das medidas de reestruturação adotadas, de 2018 em diante, as Esposas não atingiu resultados financeiros melhores a cada ano, acompanhando, inclusive, a reversão da perda de market share – mesmo com as campanhas publicitárias, as modernas plantas industriais ou a disponibilidade de recursos financeiros de que vem constantemente dispor. A falta de sucesso, confiante a gestão com a evolução positiva da participação líquida das Esposas entre 2015 e 2017¹⁹.

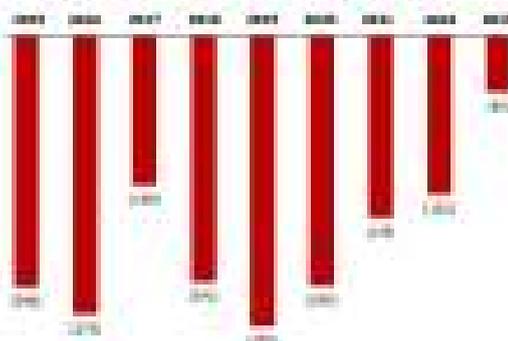
¹⁷ Disponível em: www.borel.com.br. Acesso em: 14/02/2020.

¹⁸ Disponível em: www.borel.com.br. Acesso em: 14/02/2020.

¹⁹ Cf. Livro de prestação de contas em 1977 (Constituinte do Grupo Borel), em 2017, 2018. Disponível em: www.borel.com.br.



Estado financeiro apresentado pelo Grupo Bombril – Simpatidade



40. Apesar disso, a gestão de caixa tem se mostrado positiva, graças principalmente ao aumento no ano de 2021 (R\$ 1,8 milhões), de 2020 (-R\$ 6,8 milhões) e 2021 (R\$ 6,7 milhões).

41. O progresso citado indica que os Requerentes estão em direção a obter aproximados resultados financeiros robustos, com melhoria consistente nos resultados operacionais e nos condições de seu balanço patrimonial financeiro, mas também não evidenciam os problemas decorrentes da baixa gestão de caixa, que atinge a sua sustentabilidade operacional.

42. A situação definitiva para seu perfil de credenciamento – e para limitação operacional que, desde as situações bilaterais, é imposta ao desenvolvimento das atividades operacionais e ao crescimento do Grupo Bombril – exige a adoção dos instrumentos previstos na LFE. Essa constatação remonta-se ainda mais evidente em função do desenvolvimento das atividades de licenciamento judicial que envolve uma de suas principais contingências, que refere-se às expressivas despesas para acesso a crédito e realização de investimentos por parte do Grupo Bombril.

43. Frente a isso, houve mudança relevante de natureza contábil em relação a um dos processos judiciais em que se discute a exigibilidade de tributos devidos em decorrência de operações de compra e venda de títulos emitidos no exterior⁷⁷, referidas

⁷⁷ Processo nº 000035/2020114421444, do Requerente operacional e contábil, mediante, dentre outras operações, (a) a validade de do abateamento de impostos devidos, (b) a exigibilidade do pagamento/valor que perfazem o pagamento de créditos relativos ao exterior (que em o caso de caixa que ultrapassa os 7,50% T. Real e Superior Limit (Bombril) e (c) a responsabilidade pessoal e exclusiva dos administradores limitados pelo Higgins & Partners, que realizou as operações, em relação ao objeto social, em nome de proxy com uma única ação de ser considerado que “o projeto é abrangente [limitado], mas a eventual alteração de condições de sua

@MUNHOZ
ADVOGADOS

no momento de 1998 pela Honrável e por veículo estrangeiro associado ao Congresso & Partners. A perda operada no âmbito da referida processo judicial passou a ser classificada como penalável.

44. Mesmo que não tenha sido possível docuente find a que exigibilidade da referida análise permanença suprema: **a reclassificação da natureza do crime de fraude judicial** é, por si, evento que, no contexto das feitas resultados contábeis, expõe as Responsáveis a danos relacionados supracitados.

45. Assim, a reclassificação da contingência tributária (I) determina o processamento de questão bastante elevada e (II) reforça resultados contábeis nas demonstrações financeiras das Responsáveis quanto à sua capacidade operacional e risco de sustentabilidade. Nesse contexto, há um grave risco de que diversos credores, diante da revelação da capacidade de solvabilidade de Honrável, busquem a rápida abrupção das relações comerciais em o cumprimento das obrigações contratuais, por meio de demandas relacionadas à resolução da liquidação das Responsáveis, emitidas nos respectivos instrumentos.

46. Em caso de vencimento antecipado das obrigações financeiras vinculadas com talito em aberto, as Responsáveis estarão expostas a cobranças que podem ser interpretadas a montante de R\$ 210 milhões. Nesse contexto, seria inviável uma "ordem de credores", em que cada um deles buscare a satisfação individual de suas créditos por meio de declaração de insolvência antecipada, a paralização de exceções e pedidos de concessão judicial – uma verdadeira tragédia dos credores¹². A multiplicação de cobranças individuais, em prejuízo de um processo coletivo de negociação empresarial, resultaria certamente na liquidação de ativos para pagamento de alguns poucos credores – considerando, sobretudo, que o valor individual que poderia ser exigido é absolutamente incompatível com a disponibilidade de ativos das Responsáveis –, em prejuízo de manutenção das atividades empresariais e de todos os envolvidos.

12. *Insolvency (Judicial) pelo Congresso & Partners* (total) atualmente (conhecido por talito) – 5, 1997 processo a pelo possibilidade de cobrança de crédito tributário em favor do Brasil. Atualmente, o crédito está sendo discutido caso no âmbito do R. 111 – onde o Brasil quer cobrança de declaração com pedido de extinção de dívida (contingente) e crédito que seja negociado por meio especial – artigo de J. 198. Mesmo que existisse tal situação, as contingências não podem ser em caso (contingente) e não se processam judicialmente (contingente) (contingente) para o propósito de "para penalizar".

13. A tragédia dos credores (i.e. quando um que os credores se encontram insolváveis e que de forma coletiva não podem a preservação de seus interesses individuais. A situação difere a disponibilidade dos credores para satisfação individual dos seus créditos no crédito coletivo e "tragédia" contábil na disputa pelo ativo de empresa coletiva que a teoria dos credores busca um pagamento de um pagamento integral. Ver: o conceito de tragédia dos credores ("Tragedy of the creditors") of G. BARBERIS, *The Tragedy of the Creditors*, in *Business*, v. 143, 1998, pp. 1184-1188.

Este documento não constitui oferta de valores mobiliários, nem pode ser considerado uma recomendação de investimento. Para saber mais informações, consulte o site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em www.cvm.gov.br ou ligue para 0800-024000.

@MUNHOZ

ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTOS

47. Igualmente, do ponto de vista operacional, as firmescedores de produtos estruturais às atividades das Requerentes – que, atualmente, utilizam prazos mais alongados para liquidação das transações, muitas vezes superiores à semana dia¹² – exigiram pagamentos à vista para disponibilização dos recursos. Caso, diante da multiplicação de situações, as Requerentes se vissem impelidas de fazer frente a tais custos significativos, poderia se instaurar um cenário de paralisia operacional – com graves prejuízos para toda a cadeia produtiva e de consumo.

48. Por fim, a futura ação a crédito por parte das Requerentes – essencial para a execução dos investimentos necessários ao curso normal das atividades do Grupo Hombit – passaria a ser participacione arcaica¹³ – e, com evidente efeito de crédito, certamente imporia restrições bastante graves, estando sujeita a condições financeiras desfavoráveis. Em suma, a consolidação do risco de crédito da Hombit – em decorrência da perda provável de contingência tributária no valor de R\$ 2,3 bilhões – agravaria o comprometimento financeiro e operacional das Requerentes.

49. Ademais, para evitar esse cenário de comprometimento das atividades empresariais desenvolvidas pelas Requerentes, deveria-se atuar diligentemente pela ajustamento da presente recuperação judicial, instrumento que propiciará às Requerentes um ambiente seguro para a negociação de seus direitos, com mitigação dos impactos negativos.

50. Conforme descrito acima, a crise empresarial se agrava em razão da possível microfusão de uma contingência herdada do grupo anterior – e seus impactos financeiro-operacionais. A partir desta recuperação judicial, tal crise será certamente superada, permitindo a requalificação do fluxo de caixa do Grupo Hombit e, consequentemente, um novo ciclo de investimentos e crescimento, oportunizando resultados financeiros e operacionais robustos e positivos.

III.

VIABILIDADE FINANCEIRA E OPERACIONAL E NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DAS REQUERENTES

51. É evidente que as Requerentes enfrentam grandes dificuldades em função da complexidade decorrente do tipo II de ação, e necessidade de acordos jurídicos e financeiros para

¹² Conforme se observa do movimento das obrigações com fornecedores, o índice de DRETTA da Hombit (p. 26, fls. 8, 9, 10) não pode ser honoravelmente cobrado para além de 90 dias para pagamento de transações – condição bastante importante para o crédito das empresas do Grupo.

EMUNHOZ

capitais. Entretanto, sempre haverá que não possam ser conjuntadas e certamente não deverão e serão que o Grupo Bondêl compitirá no mercado nacional.

52. Além, no Esquema, os bens de modo hábil em desenvolvimento de modo econômico brasileiro e estabelecer definitivamente um padrão de pagamento de produtos de Exportação. Deve dizer é que o Grupo Bondêl mantém um portfólio de I.T. não, presentes em aproximadamente 80% das áreas brasileiras, e que detêm a tecnologia e recursos de um setor.

53. Para superar as dificuldades, a administração do Grupo Bondêl já tem planejado, há mais de uma década, medidas administrativas e estratégicas para atingir os objetivos estabelecidos pela gestão priorizada pelo Conselho & Pareceres. Há, portanto, um time de pessoas profissionalmente capazes no atendimento das Regras e na realização de um planejamento.

54. A título de exemplo, algumas das medidas que foram adotadas nos últimos anos pela administração do Grupo Bondêl incluem:

- (i) **reestruturação da carteira**, com redução de produtos com margem negativa, redução e foco nos produtos de maior desempenho, volume e rentabilidade;
- (ii) **aperfeiçoamento do relacionamento financeiro**, por meio da administração de riscos de curto prazo com altas taxas de juros por um relacionamento em melhores condições, de mais longo prazo e menores taxas de juros. Tal aperfeiçoamento, que incluiu a contratação de dívidas com custos 30% inferiores, foi possível em função da melhoria das indicadores de Bondêl (e.g., redução do percentual de dívida sobre múltiplo de EBITDA para níveis melhores)²⁴;
- (iii) **reestruturação tributária**, incluindo adoção a programas de parcelamento (e.g., PRT e PERT), de modo a reduzir um passivo tributário superior a R\$ 100 milhões²⁵.

²⁴ Segundo o site www.bondel.com.br, disponível em: <http://www.bondel.com.br>

²⁵ Tendo em vista, a adoção do PRT (Programa de Regularização Tributária – MP nº 101/07) foi feita em dezembro de 2007, e que possibilitou a regularização de dívidas tributárias consolidadas em valores de R\$ 1,1 a crédito no PRT (Programa Especial de Regularização Tributária – MP nº 101/07) foi feita em agosto de 2007, possibilitando regularização tributária que estava sendo objeto de litigação judicial. Disponível em: www.bondel.com.br, acesso em: 14/07/2011.

EMUNHOZ

ESTRATÉGIA DE NEGÓCIOS

55. Ainda, porquanto se trata de expansão para o setor brasileiro de produtos de limpeza, que vem se recuperando nos últimos anos de acionada quando iniciado em 2021. Nessa ocasião, o Brasil é o quarto maior mercado de produtos de limpeza do mundo, com alto potencial de expansão. Segundo dados da Eurostat e da International Federation of Cleaners and Janitors Unions, a previsão é de que, até 2027, o consumo de produtos de limpeza no Brasil cresce 35% em relação ao patamar atual, de USD 7,3 bilhões para USD 9,3 bilhões¹⁰.

56. As Requerentes, por sua vez, possuem produção estratégica para aproveitar o ciclo virtuoso do setor. Afinal, alinham uma **forte tradição de mais de sete décadas** – marcada pela excelência operacional, pela qualidade de seus produtos e pela presença nacional de seus produtos – com uma **estrutura altamente profissional**, principalmente com o comprometimento do Grupo Borell.

57. Nesse sentido, é cetero que o Grupo Borell atua nos em Família das passivas assumidas e são protegidas pela Chapter 11 Process – cujo objetivo mais recente é a perda possível de uma das principais contrapartidas demandadas –, não afeta a viabilidade financeira e operacional das Requerentes.

58. Apenas tornou-se necessário que o projeto de reestruturação que já vem sendo iniciado possa a contar com as ferramentas e proteções marcadas por um processo de recuperação judicial. Por meio dele, haverá uma plataforma segura e controlada, que tenha todos os credores concorrentes, visando permitir a negociação de uma solução global e coletiva que, de um lado, assegure a continuidade de um forte desempenho operacional do Grupo Borell e, de outro, imponha o mínimo de sacrifício aos credores – destacando-se o comprometimento tanto das Requerentes em garantir a máxima recuperação das respectivas dívidas.

59. Ainda, em que pese a atual insolvência das credoras Exatas, nos termos do art. 187, do Código Tributário Nacional (“CTN”), há de se notar que a legislação atual não tem um regime para regularização da situação fiscal das sociedades em situação de crise, compatibilizando-se com o princípio da preservação da empresa, nos termos do art. 17 da LRE. Nesse sentido, estas apresentadas novas alternativas de recuperação, dentro do que há as novas modalidades de parcelamentos especiais para empresas em recuperação (arts. 19-A e 19-B, da Lei nº 10.522/02) e (R) a possibilidade de votando de projetos de transação individual com tratamento diferenciado (art. 19-C, da Lei nº 10.522/02).

¹⁰ Disponível em: <<https://atpda.org.br/familia-e-crisis-novo-mercado-de-produtos-de-limpeza-com-a-continuidade-nada-de-crisis-apesar-das-mudancas-marcadas-pelas-empresas-brasileiras-e-de-reconstrucao-do-pais/>>. Acesso em: 01.07.2024.

Este documento não constitui, nem pode ser considerado, uma recomendação ou oferta de investimento. O conteúdo deste documento não constitui, nem pode ser considerado, uma recomendação ou oferta de investimento.

EMUNHOZ

08. Seguramente, a combinação dos instrumentos de recuperação judicial e de recuperação fiscal das sociedades com a sua permissão e enquadramento de Grupo Econômico, em benefício de todos os seus stakeholders.

IV, CONSOLIDAÇÃO PROCESSIONAL

01. Os grupos societários representam a principal razão jurídica para recuperação de empresa contemporânea. Diante da demanda criada pela dinâmica econômica, impulsionada pela multiplicação dos grupos plurisocionários, a Lei nº 14.112/20, que reformou a LRF e inseriu no art. 66-C, estabeleceu que os devedores “que integram grupo sob controle societário com ou sem vínculo jurídico recuperado judicial são consolidados processual”⁷². O termo aplicado para o processamento em consolidação processual corresponde à configuração de um grupo societário entre as sociedades recuperadas e a caracterização de relações de controle e coligação, conforme postula no arts. 243 e seguintes da Lei nº 6.404/76 (“LSA”)⁷³.

02. As Recuperadas também perfazem os requisitos que permitem o processamento de recuperação judicial em consolidação processual, nos termos do art. 66-C da LRF. Têm-se de fato grupos empresariais sob mesmo controle societário, todas as sociedades são, direta ou indiretamente, controladas pela financeira. A partir do momento reestruturado, desempenha-se um papel coordenado na gestão de todas as demais sociedades – incluindo com administradores comuns – definindo-se uma direção unificada. Não sendo assim, todas as Recuperadas estão necessariamente investigadas, tanto pela própria natureza societária quanto pela elevada interligação operacional, em prol da preservação de um interesse único do grupo econômico.

03. Não há qualquer óbice correspondente à organização empresarial das Recuperadas à hipótese legal instituída na consolidação processual, há, no caso concreto, inegáveis benefícios do processamento conjunto do presente pedido de recuperação judicial. Assim, a substancial interligação entre as dívidas e obrigações das Recuperadas e a existência de credores comuns fazem com que um único procedimento de recuperação judicial – com um único administrador judicial e com a coordenação de

⁷² “Liquidação em sociedade com recuperação judicial, em função dos efeitos de controle e coligação. Por controle, a sociedade controlada possui, direta ou indiretamente, ou através de quem ela controlar, de modo permanente, a possibilidade de interferir no exercício de todos os poderes de gestão e gestão dos administradores da sociedade. No entanto, por um lado, a sociedade controlada tem parte alguma significativa no controle, considerando-se uma recuperação judicial em sociedade sob o mesmo controle, assim e pelo seu participação nos direitos de política financeira ou operacional da sociedade.” TAC RAMPAO, Marcelo B. Comentários à Lei de Recuperação Judicial e Falência. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 179 – grifamos.

EMUNHOZ

88. Nesse sentido, todas as sociedades que estão sujeitas às dívidas fiscais e corretas controladas para viabilizar as operações das Empresas de fabricação de produtos de consumo doméstico devem ser enquadradas como litigiosas.

89. **Segunda**, a Orga Brasilfil requer, como decréto, na sanção e processamento da recuperação judicial em litigiosidade ativa, a chamada consolidação processual. A eventual avaliação de consolidação substancial poderá ser tratada, se for o caso, no momento processual adequado quando da apresentação de seu plano de recuperação judicial, bem como, em qualquer caso, às sociedades Espressoras que subscreverem com pedido, nos termos do art. 69-I da LFR.

X

COMPETÊNCIA DESTA SALA JULGADORA

90. O art. 1º da LFR¹⁰ estabelece que o juízo competente para deferir e processar a recuperação judicial é aquele correspondente ao local do principal estabelecimento do devedor. Em casos de recuperação judicial de grupos societários de fins, sob consolidação processual, como o presente caso, o art. 69-G, § 2º, da LFR¹¹ determina que o processamento de pedido de recuperação judicial do grupo é de competência do juízo do local do principal estabelecimento entre os dos devedores.

91. Doutrina e jurisprudência já debatem sobre o conceito de principal estabelecimento, tendo prevalecido o critério do centro de gravidade das principais atividades econômicas e administrativas do grupo empresarial – por vezes referido como “centro nervilógico”, “centro de inteligência”, “núcleo de comando” ou “centro de governança”¹² –, ou de fato de comando em que está localizada a sede estatutária da sociedade ou mesmo aquele que reúne o maior volume de ativos. Nesse sentido posiciona-se a jurisprudência do E. TSP e do C. Superior Tribunal de Justiça:

“Para a identificação do principal estabelecimento do devedor, é necessário analisar, em cada caso concreto, o local onde há concentração das atividades da empresa. Não é, o seu **registro legal**, talando-se de critérios como o **local de**

¹⁰ Art. 1º, da LFR. É competente para homologar plano de recuperação judicial ou deferir a recuperação judicial mediante a homologação do local do principal estabelecimento do devedor ou do local de empresa que tenha sede fora do Brasil”.

¹¹ Art. 69-G, § 2º. O juízo do local do principal estabelecimento entre os dos devedores é competente para deferir a recuperação judicial sob consolidação processual, em observância ao disposto no art. 1º desta Lei”.

¹² Inapreciável sobre esse assunto: STJ, Conselho de Competência nº 031-00/004, Rel. Min. Humberto Martins, 2º Turma, j. em 27.09.2021.



VI. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS PARA PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

- (a) Atendimento aos requisitos subjetivos para apresentação da petição de recuperação judicial (art. 48, da LFR, e art. 121, IX, da LSA);

75. As Requerentes atendem a todos os requisitos para requerer recuperação judicial, conforme previsto no art. 48 da LFR: (I) contratos regularmente suas atividades há mais de quatro doze meses exigidos por lei (art. 48, caput, da LFR); (II) jamais foram falidas (art. 48, I, da LFR); (III) não observam, nas últimas cinco anos, o processo de recuperação judicial (art. 48, II, da LFR); e (IV) seus administradores e controladores não foram condenados pela prática de crimes falimentares (art. 48, IV, da LFR).

76. Para a comprovação de tal declaração, as Requerentes apresentam (II) certidão de regularidade emitida pela Junta Comercial comprovando o exercício regular das atividades das Requerentes há mais de 2 (dois) anos (fls. 8); (III) certidão emitida em nome das Requerentes, dos seus administradores e sócio controlador (fls. 7) e (III) certidão falimentar emitida em nome das Requerentes (fls. 4).

77. Ainda, as Requerentes observam, na forma de legislação aplicável e de seus atos constituintes, as autorizações necessárias ao cumprimento desse pedido de recuperação judicial (fls. 2).

- (b) Apresentação dos documentos obrigatórios (art. 51, da LFR)

78. As Requerentes apresentam, nesta ata, todos os documentos necessários ao deferimento do processamento do presente pedido de recuperação judicial, nos termos do art. 51 da LFR, conforme listados abaixo:

- (I) descrição das sociedades de grupo societário (art. 51, I, da LFR) (fls. 2);
- (II) demonstrações contábeis (balanço patrimonial, demonstrativo de resultados desde o último exercício social e demonstrativo de resultados econômicos) relativas aos exercícios de 2020, 2021 e 2022, bem como os levantados

EMUNHOZ

- especialmente para instruir o pedido, realizada em cooperação relâxiosa com o titular de Ficha de crédito (art. 31, II, da LFR) (doc. 4);
- (8) projeto de Ficha de crédito (art. 31, II, da LFR) (doc. 10);
- (9) relação de credores, que engloba todas as informações de todos os credores das Esquecendas, individualizada e controlada por classe de seus créditos, com as informações requeridas pela legislação aplicável (art. 31, III, da LFR) (doc. 11);
- (10) certidão de regularidade em regime público de empresas (art. 38, caput, e 31, V, da LFR) (doc. 5);
- (11) atos constituintes, estatutos e atos de convocação dos atos administrativos (art. 31, V, da LFR) (doc. 2);
- (12) balanço das contas-correntes e aplicações financeiras (art. 31, VII, da LFR) (doc. 12);
- (13) certidão dos salários de prestação das empresas nos quais as Esquecendas estão vinculadas ou prestam filiação (art. 31, VIII, da LFR) (doc. 13);
- (14) relação de ações, compreendendo todas as processos administrativos, judiciais e arbitrais de natureza civil, fiscal e trabalhista nos que as Esquecendas figuram como parte (art. 31, IX, da LFR) (doc. 14);
- (15) relatório detalhado do passivo Fiscal (art. 31, X, da LFR) (doc. 15);
- (16) relação de bens e direitos integrantes do patrimônio residual, compreendendo das respectivas negociações realizadas ou firmadas com credores de que trata o § 1º do art. 49 da LFR (art. 31, XI, da LFR) (doc. 16);
- (17) relação de empregados e declaração detalhada assinada para aquelas Esquecendas que não possuem empregados (art. 31, IV, da LFR) (doc. 8) e
- (18) relação de bens de sócio contribuinte e administradora (art. 31, VI, da LFR) (doc. 9)

13. Ressalta-se, ainda, que as relações de empregados e a declaração detalhada assinada para aquelas Esquecendas que não possuem empregados (art. 31, IV, da LFR)

EMUNHOZ

intimidade da intimidade, desde que não haja prejuízo ao interesse público e informação. Afirma, no caso concreto, de prejuízo ao interesse público a informação, mesmo depois a recuperação judicial fora transitada formalmente. Possibilidade de restrição da publicidade geral ao sistema. Estipulação de suspensão da tutela social concedida. Recursos parcialmente providos.¹²

53. Diante do exposto, a competência e ausência de prejuízo aos credores, as Recuperações, desde já, requerem seja verificado segundo do juízo as relações de empagador e relação de bens do sítio controlador e administradores, devendo tais documentos serem disponibilizados e autuados em trabalho processual apertado, incluindo assim apensar a este MS. Não, os representantes do Ministério Público e do Administrador Judicial, presentes, assim, o dispõe a intimação prevista pelo art. 7º, inciso X, da Constituição Federal.

VII PLEITOS

54. Diante de todo o exposto, tendo sido independentemente comprovada a possibilidade de todos os requisitos necessários ao deferimento do processamento do pedido pleito, as Recuperações pedem, respectivamente, que V. Exa.:

- 55) defina o processamento do presente recuperação judicial, de forma conjunta em relação a todas as Recuperações, nos termos do art. 12 da LRF, determinando a intimação dos atos e providências previstas nos incisos I a V e no §1º do mesmo dispositivo, quais sejam: (a) intimação do administrador judicial; (b) depósito de documentação de caráter negativo para que as Recuperações encerram suas atividades; e (c) a intimação do Ministério Público e comunicação das Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal;
- 56) autorize (a) a suspensão de todos os atos e providências previstos em outras partes do Regulamento, nos termos do art. 17, §1º, da LRF, e (b) a proibição de qualquer forma de restrição, ônus, ônus, ônus, ônus, ônus, ônus e ônus e restrição judicial ou extrajudicial sobre bens das Recuperações, nos termos do art. 17, inciso III, da LRF, independentemente do imediato deferimento do processamento da recuperação judicial nos

¹² TST, Agravo em Recurso nº 207141, 202011236486, 3ª Turma Recursal do Distrito Federal, Rel. Exp. (Des. Nelson Jobim) do TST, julgado em 11/03/2021 - grãfico.



termos do item II acima, em observância ao art. 4º, § 1º, da LFR e do art. 38 do CPC;

- III) determinar a sigla no andamento desta recuperação judicial, com a publicação das atas previstas na LFR, art. 6º e sucessivamente, por escritura, após a expedição remessa da recuperação (art. 38, LFR), com sua aprovação e plenas, a ser apresentado pelas Requerentes, nos termos do art. 13 da LFR; e
- IV) determinar a extração da relação dos credores (Obs. 8) e da relação das bens particulares dos sócios controlados e dos administradores das Requerentes (Obs. 9) em incidente apontado e sob sigilo de justiça, facultado o acesso apenas a este MM. Além, no representado do Ministério Público e no administrador judicial, proibida a extração de cópias.

85. Por fim, requer-se que todas as intimações referidas no item, em especial aquelas mediante publicação no Diário da Justiça Eletrônico, sejam efetuadas exclusivamente em nome dos advogados **Eduardo Sechi Munhoz**, OAB/SP nº 126.764, e **Caroline Machado Lotzuo Vieira**, OAB/SP nº 274.277, sob pena de nulidade.

86. As guias de custas para o andamento desta pedido de recuperação judicial e para o andamento do presente pedido em litigância foram devidamente recolhidas (Obs. 17). Arrebatou-se o valor de R\$ 332.874.765,62 (trezentos e trinta e dois milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, setecentos e sessenta e cinco reais e oitava e dois centavos), nos termos do art. 33, § 3º, da LFR.

Termos em que
pediu deferimento.

São Bernardo do Campo, 10 de fevereiro de 2025

Eduardo Sechi Munhoz
OAB/SP nº 126.764

Caroline Machado Lotzuo Vieira
OAB/SP nº 274.277

Luiza Amarel Pinella
OAB/SP nº 313.979

Daniel Domingues Guimarães
OAB/SP nº 422.993

Luiza Pereira Calmon
OAB/SP nº 988.298

ANEXO V
DECISÃO JUDICIAL DE DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA
RECUPERAÇÃO JUDICIAL



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de SÃO PAULO
FÓRUM ESPECIALIZADO DE RAUL RAUÍPIRAJ
2ª VARA REGIONAL DE COMPETÊNCIA EMPRESARIAL E DE
CONFLITOS RELACIONADOS À ARBITRAGEM
Praça João Mendes, S/Nº, Centro - CEP 01033-900, Fone: (11) 2018-0415.
Rua Dr. João de Deus, 1 - Vila São José - CEP 01141-000, Fone: (11) 2018-0415.
Horário de Atendimento ao Público: das 12h às 17h

CONCLUSÃO

Foi em 11 de fevereiro de 2025 feita esta sessão concluída no 041 MM
Juiz(a) de Direito Dn(a): Raphael Waldir De Barros Monteiro Filho - Em LÍZITHAUGUI GARCIA,
Assistente Judiciária, subscritora.

OUROS

Processo Digital nº: 000563-91.2025.8.26.0100
Classe - Assunto: Recuperação Judicial - Concurso de Credores
Empresário: BOMBIEL S.A. - emite
Tipo Concurso da Parte: Nome da Parte Passiva: Principal <> Informaçoes Indispensavel <>
Partes Principais <>
Informaçoes Indispensavel <>

Juiz(a) de Direito Dn(a): Raphael Waldir De Barros Monteiro Filho

Vistos.

Tramite o pedido de Recuperação Judicial ajuizado pelas empresas
BOMBIEL S.A., sociedade por ações de capital aberto com sede na Via Anchieta, km 14, s/n,
parte, na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP 09606-000, inscrita
pessoa o CNPJMF sob o nº 00.564.053/0001-00 ("Bombiel"); **BRIEMAQ
EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade por ações de capital fechado com
sede na Via Anchieta, km 14, s/n, parte, na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São
Paulo, CEP 09606-000, inscrita pessoa o CNPJMF sob o nº 17.174.125/0001-20 ("Briemaq"); e
BRII COMÉRCIOS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Via Anchieta,
km 14, s/n, parte, na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP 09606-000,
inscrita pessoa o CNPJMF sob o nº 12.267.391/0001-15 ("Brii Comércio").

Foi omissa, no Requerimento relativo ao pedido das empresas o aditamento que o
Empresário BOMBIEL S.A. solicitou no intuito de permitir a inclusão da empresa BOMBIEL S.A. em nome



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de SÃO PAULO

FÓRUM ESPECIALIZADO DE RAUL PRAZERES

1ª VARA REGIONAL DE COMPETÊNCIA EMPRESARIAL E DE

CONFLITOS RELACIONADOS À ARBITRAGEM

Prça João Mendes, S/Nº, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 508-9434

Rua Paço SP - Fone: (11) 508-9434/3435/3436/3437

Buário de Atendimento ao Público: das 13h às 17h

implantadas reconhecidas, com fábrica em São Bernardo do Campo (SP), Alcoa e Lima (PE) e São Lucas (RR), empregando cerca de 3.000 colaboradores. Todavia, relata que a origem de crise financeira decorreu dos atos de má-gestão praticada pela Unigrafi & Partners, grupo italiano que controlava a Bambal entre os anos 1990 e início dos anos 2000 e que, inclusive, teria ocasionado a intervenção judicial na empresa. Alcoa afirma, em atos de má-gestão ter sido realizada em: a) inexistência de recursos da Bambal para investimentos em novos equipamentos (T-Bola, T-Bomb e Argonox Global Bomb), sem justificativa comercial; b) atuação da Receita Federal, incluindo via um parecer tributário de RL 2.1 bilhões, que ocasionou em disputa judicial; c) retirada de recursos da empresa para investimentos operacionais, comprometendo sua estrutura de capital; d) dificuldade de acesso a crédito devido a inexistência da Bambal em avaliações de instituições e bancos.

Alcoa afirma, ainda, que o Grupo Bambal é economicamente viável, apresentando forte rentabilidade nos últimos anos. No entanto, devido à má-gestão de caixa e às contingências tributárias, a empresa não consegue se manter solvente com a recuperação ordinária de suas dívidas e diversas ações medidas já adotadas para regularização. Ressalta:

Importante destacar que, apesar do Grupo ser controlado por 3 empresas, as seguintes informam que a Bambal S.A. é a principal unidade operacional e financeira do grupo, sendo que Melosaq Empreendimentos Imobiliários S.A. e Inel Construtora S.A. também não possui operações, desenvolvem outras linhas de negócios, além de responderem, com as devidas responsabilidades, em garantidas, hipotecárias, e/ou disponibilização alguns de seus ativos para garantir obrigações financeiras contraídas pela Bambal no curso de suas atividades, incluindo créditos a receber por parte de credores da Bambal.

Diante do exposto, requerem: (i) o deferimento do processamento da recuperação judicial, de forma conjunta para todas as requerentes, nos termos do art. 11 da LJR, com as seguintes determinações: a) suspensão do relacionamento judicial; b) dispensa da apresentação de quadros negativos; c) intimação do Ministério Público e comunicação de Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal; d) a suspensão de todas as ações e execuções em curso contra as requerentes, nos termos do art. 6º, § 4º, da LJR, bem como a proibição de qualquer forma de execução, arrola, penhora, sequestro, busca e apreensão ou outra constrição judicial ou

Este documento não deve ser divulgado externamente sob pena de responsabilização por danos materiais e morais, conforme o art. 173, § 1º, do Código de Processo Civil e o art. 173, § 1º, do Código de Processo Penal.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO ESPECIALIZADO 1ª e 2ª VARAS
1ª VARA REGIONAL DE COMPETÊNCIA EMPRESARIAL E DE
CONFLITOS RELACIONADOS À ARBITRAGEM
Praça São Mateus, S/Nº, Centro - CEP 01054-000, Fone: (11) 3363-8411
São Paulo-SP - E-mail: 1.748raj@tjsp.jus.br
Escritório de Atendimento ao Público: das 12h às 17h

interpessoal sobre suas bens, nos termos do art. 37, III, da LFP e observando o art. 390 da LFP; III) a regular andamento do processo até seu encerramento, com a prática dos atos previstos na LFP, incluindo o consentido da recuperação judicial após a aprovação do plano, nos termos do art. 50 da LFP; IV) a restrição da atuação do empresário e da relação de bens particulares do sócio controlador e dos administradores em incidentes apartada e sob supervisão judicial, com ações restritas ao juízo, ao Ministério Público e ao Administrador Judicial, parafusa e extrajudicial cópia.

É a razão.

Faxa e decida:

Concluiu o presente o art. 37, da Lei 11.101/2001, a recuperação judicial está processada no juízo do local do principal estabelecimento do devedor e, sendo pedida homologação em circunstâncias, está processada no juízo do local do principal estabelecimento como os dos devedores art. 39-A, parágrafo 2º.

No caso em apreço, o principal requerente é Borel S.A, cuja atividade principal está desenvolvida em São Paulo, na cidade de São Bernardo do Campo, o que justifica a competência deste juízo para processamento do processo de recuperação das empresas.

Quanto aos requisitos para deferimento do processamento, diante das informações constantes no pedido inicial (Fls. 1/22) e do conteúdo do documento (Fls. 26/196), verifica-se que os Requerentes estão em regular exercício de suas atividades empresariais e que a documentação anexada pelo art. 50 da Lei 11.101/2001 justifica plenamente a necessidade pedida para a abertura de uma falência.

Pelo momento, os documentos juntados são suficientes para permitir a análise de pedido de processamento da Recuperação Judicial, sendo pelo qual é de rigor o consentido de análise, pois regularmente preenchidos os requisitos dos artigos 49 e 51 da Lei 11.101/2001.

Assi o exposto, providencie-se nos termos da Lei 11.101/2001, **DETERMO** o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de SÃO PAULO
FORO ESPECIALIZADO EM RAJUTRAJUTRAJ
VARA REGIONAL DE COMPETÊNCIA EMPRESARIAL E DE
LITÍGIOS RELACIONADOS A ARBITRAGEM
Praça João Mendes, 807, Centro - CEP 01001-900, Fone: (11) 3118-0411
São Paulo-SP - E-mail: 1.7@tjst.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 15h às 17h

processamento da Recuperação Judicial de HIRSHHELL S.A., sociedade por ações de capital aberto com sede na Via Anchieta, km 14, s/n, parte, na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP 06506-000, inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº 34.546.654/0001-03 ("Hirshhell"); HIRSHHELL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Via Anchieta, km 14, s/n, parte, na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP 06506-000, inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº 17.174.180/0001-20 ("Hirshshell"); e HIRSHHELL COSMÉTICOS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Via Anchieta, km 14, s/n, parte, na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP 06506-000, inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº 12.867.391/0001-29 ("Hirshhell Cosméticos").

Por meio de uma prestação formalizada sob controladoria processual, o artigo 69-61 dispõe que as empresas legais devem ser avaliadas por cada um dos diretores que compõem o grupo sob controle societário comum.

As respostas apresentadas, de forma individualizada para cada integrante do grupo, além de documentos contábeis necessários para análise do pedido e estatutos que formam um grupo empresarial com mesmo controle societário, são de forma direta ou indireta pela Hirshshell S.A., com ampla divulgação pela estrutura societária e operacional. Ademais, ressalta-se que há evidências que confirmam entre as empresas e em diversas operações, assim a possibilidade de obter, de forma que o processamento da Recuperação Judicial com êxito econômico, não somente benefícios operacionais, porque não apenas nos trâmites processuais de recuperação judicial, como nos trâmites administrativos judiciais e com a coordenação de grupos e empreendimentos associados ao processamento, sendo esta a forma mais eficiente e transparente de processar o litigioso.

Em análise dos documentos dos autos e previsto confirmam que a administração das empresas é controlada a partir da controladora Hirshshell S.A. e há documentos que confirmam que as empresas integram grupo sob controle societário comum, inclusive com a estrutura de garantia cruzada e cobrança em comum. Desse modo, evidenciando a interdependência patrimonial.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO ESPECIALIZADO FURJIT/KAUP/RAJ
1ª VARA REGIONAL DE COMPETÊNCIA EMPRESARIAL E DE
CONFLITOS RELACIONADOS A ARBITRAGEM
Praça João Mendes, S/N, Caspary - CEP:05305-900, Fone: (11)3114-4411,
São Paulo-SP - E-mail: f1309@tjsp.org.br
Horário de Atendimento ao Público das 13h às 17h

Desse forma, solicita que os peritos jurídicos que compõem a perita adita providenciem os requisitos legais para formular o pedido consequente, sendo providenciados os requisitos legais para o deferimento da consolidação processual, com propósito de individualização das partes de cada requerente, nos termos do art. 494-G da Lei nº 11.181/2005.

Determina que os beneficiários apresentem e disponibilizem documentos de consolidação processual até dentro prazos para o deferimento do pedido, sob pena de **ACOLHIDO** o pedido de consolidação processual dos respectivos requerentes.

Determina, ainda, o seguinte:

I. **Mineração**, por meio Administrativa Judicial, a **LAMPED CONSULTORES**, devendo prestar compromisso em 48 horas, com a justiça de termos de compromisso, além de informar, na mesma ocasião, a aderência e efetividade a ser utilizada no caso, bem como proposta de honorários em a favor de apresentação de planilha Recuperação no prazo de 10 dias.

II. O Administrativa Judicial deverá observar a atualização de seus dados e obrigações impostas no artigo 22, I e II, da Lei nº 11.001/05, com alterações da Lei nº 14.112/2020, fiscalizando os atos de devolução, o que também se aplica ao período anterior à data do pedido, a fim de se apurar eventual constância dos atos e instrumentos que possam, sob pena de dolo ou fraude, ser constituído para a coisa. Deverá ser investigada eventual constância de outros atos de pessoa jurídica. Deverá ser apreendida as movimentações bancárias e os registros em nome partes relacionadas, de modo a proporcionar aos credores completa e precisa informações sobre os Recuperação.

Os relatórios anuais das atividades dos Recuperação deverão ser apresentados aos credores processual regularmente e ser disponibilizado pela Administrativa Judicial, sendo que o primeiro relatório anual (Relatório Inicial) deverá ser apresentado em 10 dias úteis após a publicação do relatório, sendo, **talão a parte interessada**, ocasião em que os documentos a serem exigidos diretamente do devedor, caso não tenha sido o devedor em sua



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FUNDO ESPECIAL LIQUIDADO PARA TRIBUTAR FISCAL
1ª VARA REGIONAL DE COMPETÊNCIA EMPRESARIAL E DE
CONFLITOS RELACIONADOS À ARBITRAGEM
Praça João Mendes, 574, Centro - CEP 01561-098, Fone: (11) 5081-9401
São Paulo-SP - E-mail: 1.708@tjsp.jus.br
Escritório de Atendimento ao Público: Rua 156 no 178

5. Determina-se Recuperação a apresentação de contas até o dia 30 de cada mês, sob pena de destituição dos seus controladores e administradores. Para tanto, define a abertura de incidentes específicos para a apresentação das demonstrações contábeis, a fim de evitar transtorno processual. Para propício, cabendo da Recuperação entregar mensalmente ao administrador judicial os documentos que ele solicitou e, ainda, extrair os comprovantes de todos os seus contas bancárias e documentos de recolhimento de impostos e encargos sociais, bem como demais recibos e recibos e lista de que possam ser facilitados os objetivos de forma adequada e realizada a eventual ocorrência de hipótese prevista no art. 49 da LRF.

6. Impende, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da deferimento do pronunciamento da Recuperação Judicial, as exceções contra as Recuperações, inclusive, aquelas das situações particulares de não-solidez, ausência e ausência ou obrigação superior à recuperação judicial, e, também, impende o curso das exceções quanto processuais, porquanto se trata de prazo para se processar, considerando as disposições dos §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º do artigo 4º e §§ 1º e 2º do artigo 49 e inciso III do artigo 11 da LRF. Cabendo à Recuperação a comunicação das exceções aos juízes competentes.

7. Para possível prerrogativa gargalhos e por igual período, uma única vez, com prazo de postulação, nos termos do artigo 4º, §4º da LRF, e que deverá ser requerido perante um juízo.

8. Porão, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da deferimento do pronunciamento da recuperação judicial, qualquer forma de renúncia, acordo, perdão, suspensão, falta e apuração e restrição judicial ou extrajudicial sobre os bens de devedor, ônus de demanda judicial ou extrajudicial que existam ou obrigações superiores à recuperação judicial.

9. No âmbito dos créditos referidos nos §§ 1º e 4º do art. 49 da LRF, abrange que, nos termos do artigo 4º, § 3º-A da LRF, o juízo da recuperação judicial é competente para deferir a suspensão dos atos de cobrança que recaiam sobre bens de capital circunscrito à recuperação de atividade empresarial durante o prazo de suspensão e que se refere o item 1º acima, a qual será implementada mediante a recuperação judicial.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO

FUNDO ESPECIAL DE AJUIZAMENTO DE RECURSOS

FUNDA REGIONAL DE INTERMEDIÇÃO EMPRESARIAL E DE

CONFLITOS RELACIONADOS A ARBITRAGEM

Praga Jôia - Múrcia, S/Nº, Centro - CEP 01201-000, Fone: (11) 508-9433

Rua Paço 89 - Fone: (11) 508-7500/508-7501

Diário de Notícias do Público: das 14h às 17h

Seja possível proteger excepcionalmente e por igual período, uma única vez, que praxe de proteção, nos termos do artigo 67, §4º da LRP, a que deverá ser respondido perante este juízo.

7. Antecipação de tutela – Inq. Pericial

Considerada a presente deferimento, foi prejudicado o plano de execução formulada, para antecipação dos efeitos de sua decisão (Item 7).

8. Comunicar as Recuperações a presente decisão às Faculdades Públicas de Direito, das Escolas e Municípios, e à Secretaria de Receita Federal de Justiça Comercial, onde são estabelecimentos, apresentando, para esse fim, para que providenciar a proteção da recuperação judicial nos registros correspondentes, visto desta decisão, que serve de ofício, mediante digitalização, encaminhando nos autos o processo em 28 dias.

9. Empregar oficial, no âmbito do § 1º do artigo 52 da Lei 11.033/2004, com o prazo de 15 dias para habilitações ou designações, que deverão ser apresentadas ao Administrador Judicial por meio de cadastro eletrônico a ser criado, que deverá conter de ofício.

10. Quando prazo de 15 dias para as Recuperações apresentarem a minuta do edital, em arquivo eletrônico. Além de minuta apresentada nesse caso, deverá a recuperação enviar o arquivo para o Juízo de Serventia e, após o recolhimento das custas, providenciar a publicação do edital, em jornal de grande circulação no mesmo dia em que publicado em órgão oficial.

11. Calcular a a serventia calculada a valor a ser recolhido para publicação do edital, informando por tabelas ou anexos das Recuperações, para recolhimento em 28 dias, bem como para providenciar a publicação do edital em órgão oficial.

12. Nos correspondências enviadas aos credores, Arquivar o Administrador Judicial eletrônico a solicitação de comitê honorária, devendo as recuperações de valores que foram assumidas para devidos nos termos do plano de recuperação, caso aprovado, retroativos, assim, a realização



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de SÃO PAULO
FORO ESPECIALIZADO DE SÃO PAULO/PAJ
1ª VARA REGIONAL DE COMPETÊNCIA EMPRESARIAL e DE
CONFLITOS RELACIONADOS E ARBITRAGEM
Praça João Mendes, 577, Centro - CEP 01301-908, Fone: (11) 3363-6453
Site: Paj.br - E-mail: 1.1vara@tjsp.jus.br
Escritório de Atendimento ao Público: das LR e TR

de pagamento por meio de depósito em conta judicial.

Para os efeitos desta decisão, desde que atendidas as condições de habilitação e documentação em sua administração, bem como habilitação e documentação de crédito em sua pessoa, apresentadas nos autos, reconhecida a existência de vínculo societário, deverá observar o procedimento estabelecido pela Lei nº 11.181/2005, bem como a Resolução CJ nº 27/2004.

12. Dadas a natureza de sagrada de justiça as relações de empregados e relações de bens dos órgãos controladores e administradores, em matéria apartada, conforme supracitado, validade e eficácia somente no plano, no Ministério Público, na Administração Judicial e em outros casos sob o regime de regulamentação, e não o contrário.

13. Dispensar as Recuperações de apresentação de credores legítimos para que a empresa seja atendida, reavaliada no processo legal.

Atenciosamente Ministério Público

Ass. e Del.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2025.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
SEM PRECISAR DE IMPRESSÃO E ASSINATURA FÍSICA.